

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Maio de 2007**

**Área Temática: Crédito - Pronaf**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Maio de 2007.

## Índice

<b>NOVOS AGENTES</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/05/2007 .....	5
<b>COMERCIALIZAÇÃO</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/05/2007 .....	5
<b>LIBERADOS MAIS R\$ 90 MILHÕES PARA A COLHEITA DO CAFÉ</b> – Mapa – 03/05/2007 .....	5
<b>Sampaio quer pressão sobre orçamento</b> – Monica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócio - 03/05/2007 .....	6
<b>PAC Agrícola deve tratar também endividamento, afirma CNA</b> - Agência CNA – 04/05/2007 .....	6
<b>Recursos para colheita</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 04/05/2007 .....	7
<b>Endividamento exclui 70% dos produtores da oferta de crédito</b> - Fabiana Batista – Gazeta Mercantil – Caderno C - 07/05/2007 .....	7
<b>Mais da metade dos agricultores familiares de Minas Gerais têm acesso a recursos do Pronaf</b> - MDA – 07/05/2007 .....	8
<b>CFC avalia projetos de financiamento</b> - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007 .....	10
<b>BC já tem estudos prontos para baixar o compulsório</b> – Guilherme Barros - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007 .....	11
<b>Governo tenta conter extinção da lagosta no país</b> – Kamila Fernandes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007 .....	12
<b>MDA organiza oficina de crédito do Pronaf no Baixo Amazonas</b> – MDA – 08/05/2007 .....	14
<b>Real amplia parcerias no microcrédito</b> - Fernando Travaglini – Valor Econômico – Finanças - 08/05/2007 .....	14
<b>Redução de compulsório dos bancos ainda é só estudo, afirma Mantega</b> - Alex Ribeiro e Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Finanças - 08/05/2007 .....	15
<b>MS faz pressão, e Brasília libera mais R\$ 25 milhões a criadores</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007 .....	16
<b>Compulsório só deve cair em 2008</b> - Claudia Safatle – Valor Econômico – Finanças - 09/05/2007 .....	17
<b>Só compulsório não reduz o spread, afirma Febraban</b> - Fernando Travaglini – Valor Econômico – Finanças - 10/05/2007 .....	18
<b>Agricultura e Fazenda traçam rumos do novo plano de safra</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 10/05/2007 .....	19
<b>Recurso para colheita</b> – Valor econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 10/05/2007 .....	19
<b>Crédito inicial garante boa colheita de milho em assentamento de Teresina (PI)</b> – INCRA – 11/05/2007 .....	20
<b>Redução do compulsório será gradual</b> – Cláudia Safatle – Valor Econômico – Brasil - 11/05/2007 .....	20
<b>Compulsório só cai após spread, diz Mantega</b> - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Finanças - 11/05/2007 .....	22
<b>Combate à aftosa</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/05/2007 .....	23

<b>Volume de recursos do FAT para setor rural recua 70%</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007 .....	23
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## Segunda Quinzena

<b>Especialistas discutem agronegócio brasileiro</b> – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 16/05/2007 .....	24
<b>GOVERNO FEDERAL LIBEROU MAIS RECURSOS PARA O CAFÉ</b> – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/05/2007 .....	24
<b>Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões</b> – MDA – 16/05/2007 .....	25
<b>Convênio viabiliza recursos para atividades de assessoria técnica na Bahia</b> – Sítio Eletrônico do MDA –17/05/2007.....	26
<b>Exportadores obtêm liminar contra INSS</b> - Patrick Cruz – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 16/05/2007 .....	27
<b>Programa garantirá acesso de agricultores às políticas públicas do Governo Federal</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007 .....	28
<b>Suinocultores em SC</b> - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007 .....	29
<b>Dólar fraco afeta receita do Bertin com exportação</b> - Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico – Agronegócios - 17/05/2007 .....	30
<b>Produtores cobram a bancada ruralista</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007 .....	30
<b>Crédito Instalação beneficia 859 famílias assentadas na Bahia</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 18/05/2007 .....	31
<b>Mais verba para café</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007.....	31
<b>Ruralistas pressionam por nova renegociação de dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007 .....	32
<b>Banrisul financia</b> – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 22/05/2007 .....	33
<b>Mapa libera recursos para setor cafeeiro</b> – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 23/05/2007 .....	33
<b>Presidente Lula anuncia R\$ 12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar</b> – INCRA – 23/05/2007 .....	33
<b>MAIS R\$ 47 MILHÕES PARA FINANCIAMENTO DA COLHEITA DE CAFÉ</b> – Mapa - 23/05/2007 .....	36
<b>MP VIABILIZA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS ENTRE PRODUTORES E FORNECEDORES DE INSUMOS</b> – Mapa - 23/05/2007 .....	36
<b>MDS e Banco do Brasil discutem linha de financiamento para inclusão produtiva na área urbana</b> – MDS – 23/05/2007 .....	38
<b>Pronaf salta para R\$12 bi, mas índices de produtividade não mudam</b> - Jonas Valente - Carta Maior – 24/05/2007 .....	38
<b>Lula anuncia R\$ 12 bi para agricultura</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2007 ....	40
<b>Meta do governo é assentar 120 mil famílias este ano</b> - Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007.....	40
<b>Produtores querem melhor condição para rolar dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 24/05/2007 .....	41

<b>CNA pede compensação por perda com dólar</b> - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócio - 25/05/2007 .....	42
Assistência técnica garante R\$ 168 milhões no Plano Safra 2007/2008 – MDA – 25/05/2007 .....	43
<b>CNA prepara proposta para dívidas</b> - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007 .....	44
<b>STEPHANES REAFIRMA QUE NÃO HAVERÁ CORTE NO ORÇAMENTO DA DEFESA E DIZ QUE PAC AGRÍCOLA AVANÇA</b> – MAPA – 29/05/2007.....	45
<b>MDA prevê aplicar R\$ 180 milhões em recursos do Pronaf no RN em 2007-</b> INCRA – 30/05/2007 .....	46
<b>Nordeste receberá R\$ 4 bilhões no Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008</b> – INCRA – 31/05/2007 .....	47
<b>Criador de suínos terá apoio</b> - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 31/05/2007 .....	48

**NOVOS AGENTES** – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/05/2007

O Santander Banespa e o Crediminas firmaram contrato com o Ministério da Agricultura para repassar recursos para a colheita de café. Os valores são de R\$ 60 milhões e R\$ 30 milhões, respectivamente.

**COMERCIALIZAÇÃO**– Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 03/05/2007

O setor cafeeiro poderá ter aprovado os mecanismos de comercialização Pepro (Prêmio ao Produtor) e Prop (Prêmio de Risco de Opção Privada). O CDPC (Conselho Deliberativo da Política do Café) se reúne hoje para uma definição.

**LIBERADOS MAIS R\$ 90 MILHÕES PARA A COLHEITA DO CAFÉ** – Mapa – 03/05/2007

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) liberou recursos no valor de R\$ 90 milhões para o financiamento da colheita do café, safra 2007/2008. Desta vez, serão repassados R\$ 60 milhões para o Santander/Banespa e R\$ 30 milhões para o CrediMinas, segundo informou hoje (3/5) o secretário de Produção e Agroenergia, Linneu da Costa Lima.

Semana passada, o Mapa havia concedido ao Bancoob uma parcela de R\$ 80 milhões. Outras sete instituições financeiras vão celebrar contratos para financiar a safra de café: Banestes, Credivar, Banco Safra, Itaú BBA, Bradesco, Unibanco e o Banco do Brasil.

Para a colheita dessa safra, o Governo Federal está destinando R\$ 450 milhões, recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Os agentes financeiros vão emprestar ao produtor até o limite de R\$ 200 mil (R\$ 1.440 por hectare). A taxa de juros é 9,5% ao ano e o prazo de pagamento de 90 dias após a colheita.

Para a atual safra, o orçamento do Funcafé é de R\$ 2.026 bilhões. Além dos R\$ 450 milhões destinados à colheita, outros R\$ 850 milhões irão para estocagem, R\$ 426 milhões para custeio e R\$ 300 milhões para o Financiamento para Aquisição do Café (FAC).

**Sampaio quer pressão sobre orçamento** – Monica Scaramuzzo – Valor  
Econômico – Agronegócio - 03/05/2007

O secretário de Agricultura de São Paulo, João Sampaio, reuniu-se com 11 secretários estaduais de sua pasta, na Agrishow, para discutir formas de pressionar o governo federal a liberar na íntegra R\$ 265 milhões incluídos no orçamento para defesa agropecuária, dos quais boa parte está contingenciada. A pressão começa hoje na Expozebu, em Minas Gerais.

Segundo Sampaio, o governador mineiro, Aécio Neves, levará ao presidente Lula, que deverá comparecer ao evento, a preocupação com a liberação integral dos recursos. "É uma preocupação do país, não só da agricultura", disse. Outra preocupação são as questões socioambientais em torno da expansão da cana-de-açúcar no país.

Até o fim de maio, o governador José Serra terá uma proposta para antecipar o fim das queimadas de cana. Pela lei estadual, em vigor em 2002, a queimada nas áreas mecanizáveis deve ser eliminada até 2021; nas áreas não-mecanizadas até 2031. Esses prazos deverão ser revistos, mas uma proposta com a redução e como os trabalhadores serão remanejados está em discussão. Segundo Sampaio, o Estado já definiu que novas áreas para cana não deverão ter queimadas. Institutos de pesquisas também trabalham com variedades de cana que usam menos água e adubos. (MS)

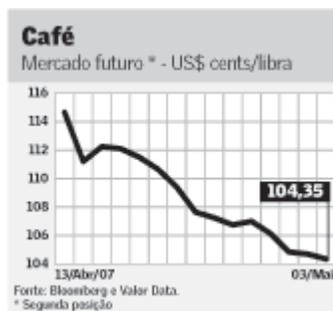
**PAC Agrícola deve tratar também endividamento, afirma CNA-** Agência CNA  
– 04/05/2007

O vice-presidente de Finanças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, Ágide Meneguette, afirmou que é fundamental haver um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o setor agrícola. A criação de um PAC para a agricultura foi anunciada ontem (3/5), pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Para Ágide, no entanto, além da redução de juros, citada pelo ministro, é preciso que o PAC Agrícola dê atenção também às dívidas anteriores do setor. "Há espaço para reduzir juros, mas é preciso ver que os produtores plantaram uma safra com o dólar a R\$ 2,30 e está colhendo com a cotação abaixo de R\$ 2. Isso significa uma depreciação de mais de 10% na renda do produtor, apenas na questão cambial. É importante considerar as dificuldades com o aumento de custos de insumos, mão de obra, energia elétrica. A renda dos produtores vai dar apenas para pagar o custeio do ano e não para saldar compromissos antigos", alerta Meneguette. Segundo dados da CNA, o endividamento causado pela crise do setor e as restrições bancárias geraram uma sobra de R\$ 2 bilhões nos recursos financiados a uma taxa de juros controlados de 8,75% na safra passada.

Na visão dos produtores, outras questões que precisam de atenção em um programa para incentivar o crescimento da agropecuária são a infra-estrutura e a defesa sanitária animal.

**Recursos para colheita** – Valor Econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 04/05/2007



O Ministério da Agricultura anunciou ontem (dia 3) a liberação de mais R\$ 90 milhões para o financiamento da colheita do café da safra 2007/08. Deste total, R\$ 60 milhões serão repassados para o Santander Banespa e R\$ 30 milhões para o CrediMinas. Na semana passada, o ministério havia concedido ao Bancoob uma parcela de R\$ 80 milhões. Outras sete instituições financeiras vão celebrar contratos para financiar a safra de café. O governo tem disponível R\$ 450 milhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a colheita. Em Nova York, os contratos futuros do grão para julho encerraram o dia a US\$ 1,3435 a libra-peso, com recuo de 35 pontos. No mercado paulista, o indicador Cepea/Esalq para a saca de 60 quilos caiu 0,18%, para R\$ 225,34.

**Endividamento exclui 70% dos produtores da oferta de crédito** - Fabiana Batista – Gazeta Mercantil – Caderno C - 07/05/2007

São Paulo, 7 de Maio de 2007 - Dos 400 mil clientes empresariais do BB, apenas 125 mil terão acesso aos financiamentos. Em torno de 70% da agricultura empresarial brasileira não têm acesso ao crédito para comprar máquinas ou implementos agrícolas.

São Paulo, 7 de Maio de 2007 - Dos 400 mil clientes empresariais do BB, apenas 125 mil terão acesso aos financiamentos. Em torno de 70% da agricultura empresarial brasileira não têm acesso ao crédito para comprar máquinas ou implementos agrícolas. Levantamento feito pelo Banco do Brasil - que detêm 58% de participação no crédito concedido ao setor - estima que, dos seus 400 mil clientes rurais, apenas 125 mil (31%) dispõem de limite para esse tipo de investimento. Juntos, eles somam crédito de R\$ 2

bilhões, dos quais R\$ 450 milhões estão entre os agricultores paranaenses, o maior limite do Brasil.

E a realidade se estende a todas as outras instituições financeiras, conforme alerta Carlos Sperotto, presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). "Em qualquer banco que esse produtor busque financiamento, será levantada sua capacidade de pagamento, ou seja, a restrição existe em qualquer instituição, não só no Banco do Brasil", avalia.

Marcelo Guedes, gerente de Divisão da Diretoria de Agronegócio do BB, explica que entre esses clientes com crédito aprovado, há os que estão capitalizados e, por isso, dispensam os financiamentos. Há também os que renegociaram as dívidas das safras 2004 e 2005 mas, ainda assim, mantiveram alguma margem para investimento. Ele explica que não há outra referência de anos anteriores do BB sobre esse limite, pois esse levantamento foi realizado em 2007 para dimensionar o impacto da última renegociação, feita no ano passado, e que contabilizou o valor de R\$ 9,8 bilhões (Programa Especial de Saneamento de Ativos - Pesa - e Securitização), quase cinco vezes superior ao limite de crédito identificado pelo BB.

Depois do Paraná, o Rio Grande do Sul é o estado que tem o maior limite de crédito (R\$ 390 milhões). Junto com Santa Catarina (R\$ 157 milhões), os três estados do Sul detêm metade do limite nacional da carteira do BB para aquisição de máquinas e implementos (R\$ 997 milhões).

Mas, o fato de os paranaenses estarem em situação mais favorável nas estatísticas não significa que estão em melhor condição, segundo o economista da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), Pedro Loyola. "Estimamos que 10% do total de produtores paranaenses (de um total de 110 mil) estejam sem nenhuma dívida", avalia. Ele afirma que apesar de neste ano a rentabilidade indicar melhora, há cinco safras (duas de verão e três de inverno), o produtor paranaense tem tido problemas no campo, sejam climáticos ou de preço. O valor bruto da produção agrícola do Estado foi de R\$ 24 bilhões em 2006, queda de 26% em três anos.

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 7)(Fabiana Batista)

### **Mais da metade dos agricultores familiares de Minas Gerais têm acesso a recursos do Pronaf - MDA – 07/05/2007**

Das 400 mil famílias existentes em Minas Gerais no segmento da agricultura familiar, mais da metade – o equivalente a 222 mil – teve acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na última safra, de 2005/06. Dados da

Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA/MG) mostram que, nesse período, foram investidos R\$ 950 milhões em financiamentos do Pronaf para projetos de agricultores familiares. A meta prevista para o estado, que era de R\$ 800 milhões, foi superada em R\$ 150 milhões.

O delegado federal do MDA/MG, Igino Marcos da Mata de Oliveira, explica que os grupos do Pronaf mais procurados no estado têm sido o C, o D e o E, voltados para produtores com renda bruta anual de mais R\$ 3 mil e até R\$ 80 mil (veja quadro). Ele observa que na região Norte de Minas Gerais e nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha a linha mais retirada é a B, também conhecida como microcrédito.

Em quatro anos, o Pronaf passou a atender três vezes mais agricultores familiares no estado. Na safra 2002/03, os recursos do Pronaf chegaram a 77 mil famílias. Naquele ano-safra, haviam sido investidos R\$ 220 milhões do programa no estado.

800 municípios mineiros

Além de os números comprovarem o crescimento de valores destinados ao Pronaf em Minas Gerais, o delegado federal do MDA/MG ressalta que a política de crédito rural do Ministério disseminou-se por todo o estado. “O Pronaf está presente nos mais de 800 municípios mineiros e tem perfil absolutamente social”, afirma Oliveira.

Ele explica que o crédito tem sido muito procurado pelos produtores da região Norte de Minas Gerais e dos vales do Mucuri e do Jequitinhonha. “O Pronaf beneficia mais quem precisa mais”, resume o delegado federal do MDA. Para comprovar isso, ele compara o impacto do programa nos municípios de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, e de Cônego Marinho, situado no Norte do estado.

Em Uberlândia, que tem 600 mil habitantes, os recursos do Pronaf somaram R\$ 1,8 milhão na safra 2005/06. Já em Cônego Marinho, no mesmo período, foram investidos R\$ 2,7 milhões. Mas Cônego Marinho tem apenas 6,4 mil habitantes. Oliveira informa que 80% das famílias do município recebem atualmente recursos do Pronaf. Esse montante superou até o repasse do Fundo de Participação Municipal (FPM), que foi de R\$ 2,4 milhões no ano passado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **Movimentando a economia local**

Os recursos que ingressam nos municípios por meio do Pronaf também contribuem para o desenvolvimento das áreas urbanas onde estão inseridas as propriedades rurais. Oliveira acredita que isso acontece porque o dinheiro dos produtores rurais é gasto nas cidades na compra de insumos agrícolas e de outras mercadorias.

“Nos próximos quatro anos, quero realizar, em parceria com autoridades municipais, um estudo para verificar em que produtos os agricultores aplicam os recursos do crédito rural”, antecipa. De acordo com o delegado, esses dados serão usados para atrair

empresários às cidades próximas das áreas rurais que recebem o Pronaf. A idéia é garantir que o dinheiro circule e fortaleça o comércio local.

Um dos motivos para a expansão do Pronaf no Brasil e em Minas Gerais está na ação integrada do MDA, dos agentes financeiros e dos sindicatos e associações de trabalhadores rurais. É o que ajudou a divulgar o programa, como pondera Oliveira. Outro fator importante foi a capacidade de gerenciamento dos recursos do programa em âmbito nacional. O dinheiro que eventualmente estava sobrando em alguns estados foi repassado àqueles com maior demanda.

#### Incrementando a produção

Desde 2003, o agricultor Sebastião Jorge Paranhos, 50 anos, mais conhecido com Abatiá, recebe recursos do Pronaf C. “Com esse dinheiro dá para a gente 'pelejar' durante o ano”, conta o agricultor. Além de dar mais fôlego para o produtor, segundo Abatiá, o capital também contribui para aumentar o lucro bruto da produção. “Se o preço não está bom, dá para esperar e vender a safra num momento melhor”, explica ele.

Pelos cálculos de Abatiá, desde que começou a retirar os créditos do Pronaf, a renda bruta da família aumentou em mais de R\$ 500 por ano. O financiamento de Abatiá é de R\$ 3 mil. O sítio da família tem 18 hectares e fica a cinco quilômetros de Tombos, cidade da Zona da Mata mineira.

#### **Orgânicos e agroecológicos**

O agricultor, a esposa e a filha, de 17 anos, trabalham na terra. Eles plantam milho, café, cana-de-açúcar, feijão, cultivam horta e têm criação de gado, galinhas e porcos. Também comercializam os ovos, o leite e a carne dos animais, além de temperos caseiros produzidos numa pequena fábrica instalada no sítio.

“A propriedade é pequena, mas bastante diversificada”, orgulha-se Abatiá, que antes de ter a própria terra trabalhava como assalariado em fazendas da região. O agricultor familiar também estufa o peito ao informar que em seu sítio só cultiva produtos orgânicos e agroecológicos. “Sempre acreditei na produção alternativa”, arremata.

#### **CFC avalia projetos de financiamento - Cibelle Bouças – Valor Econômico – Agronegócios - 07/05/2007**

O Fundo Comum de Commodities (CFC, sigla em inglês), organismo estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para estimular o crescimento econômico de países em desenvolvimento, começa a definir hoje, em evento em Brasília, seu plano de investimentos para o quinquênio 2008-2012.

O CFC tem 107 países-membros e, desde 1992, já financiou 200 projetos agrícolas, num total de US\$ 450 milhões. O fundo foi criado para financiar projetos para o

desenvolvimento da produção de commodities em países em vias de desenvolvimento, com vistas à redução da pobreza. Luca Monge-Roffarello, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), observou que 80% dos países pobres dependem economicamente do plantio de commodities, mas os produtores recebem apenas de 4% a 10% do valor gerado com a produção. Por isso, a necessidade de elevar a sua rentabilidade.

Nesse cenário, disse em entrevista ao Valor Ali Mchumo, diretor-geral do CFC, o Brasil terá papel fundamental na transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, por sua proficiência em culturas tropicais e agroenergia. "Nossa meta é criar uma agenda comum entre os países-membros para a melhoria da produção e redução da pobreza."

No Brasil, observa, o fundo já subsidiou 20 projetos, num total de US\$ 26 milhões. Do total, US\$ 4 milhões foram investidos em projetos para produção de arroz no Rio Grande do Sul. Outros US\$ 1,4 milhão foram direcionados à substituição dos cacauzeiros da Bahia por variedades clonadas, resistentes à vassoura-de-bruxa. O CFC também investiu US\$ 3,5 milhões na produção bananeira do Brasil.

Conforme Mchumo, o CFC avalia projetos no país que tenham por meta elevar a rentabilidade em regiões com alto índice de pobreza. "O valor a ser disponibilizado dependerá dos projetos apresentados e do recurso a ser doado pelo governo brasileiro", afirma. O fundo é composto por contribuições feitas pelos governos dos países-membros e por outros países colaboradores. Segundo Mchumo, o CFC também negocia a participação de fundos privados.

O valor a ser disponibilizado para os financiamentos dos próximos cinco anos ainda não está fechado, dependerá das contribuições a serem efetuadas pelos países-membros. Do total a ser empregado, o CFC aplicará 50% em projetos na África, 25% na Ásia e 25% na América Latina e Caribe.

O financiamento será concedido, via bancos, sob três formas: a fundo perdido, com cobrança apenas da taxa de serviço, para os países mais pobres; a juros de 3% a 4% ao ano e carência até seis anos e a juros próximos aos de mercado, no caso de países em melhor situação econômica (como o Brasil).

**BC já tem estudos prontos para baixar o compulsório** – Guilherme Barros -  
Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007

O Banco Central já está com todos os estudos praticamente concluídos sobre como se dará a redução do recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários. Isso ficou claro num seminário fechado realizado ontem, em São Paulo, entre diretores e técnicos do Banco Central e economistas de diversas tendências.

Os técnicos do BC apresentaram estudos acadêmicos mostrando que a redução do compulsório irá provocar uma queda importante sobre os juros. Estavam presentes ao seminário, e pelo Banco Central, os diretores Gustavo Mattos e Paulo Cavalheiro e os chefes de departamento Altamir Lopes e Carlos Hamiltom, além de diversos técnicos. O seminário era para discutir risco bancário e estabilidade financeira, mas o que mais chamou a atenção dos economistas foram os trabalhos sobre o compulsório. Há pouco tempo, esse assunto não estava na pauta das prioridades do BC.

Ficou claro, para uma boa parte dos economistas, que o Banco Central irá começar o processo de redução do recolhimento compulsório com a eliminação das alíquotas adicionais criadas no auge da crise de 2002 -de 8% sobre os depósitos à vista e a prazo e de 10% sobre a poupança, que hoje não fazem mais sentido. Uma aberração, na opinião de um economista presente.

Essas alíquotas foram criadas no apagar das luzes do governo FHC, quando o BC começou a ter dificuldades de captar recursos do sistema financeiro com a venda de títulos públicos. A alternativa de Armínio Fraga, que estava à frente do BC na época, foi criar essas alíquotas adicionais do compulsório para enxugar a liquidez do mercado. Esse adicional criado há cinco anos já soma R\$ 47 bilhões, quase 30% do total do compulsório que está depositado no Banco Central. Será por aí que o governo deverá começar a mexer no compulsório.

O mais importante, no entanto, e que os trabalhos do Banco Central procuraram demonstrar, é que uma eventual redução do compulsório não terá efeitos inflacionários tampouco servirá para engordar os lucros dos bancos.

O Banco Central mostrou que o compulsório representa uma parcela importante do juro e pode ajudar a baixar o "spread" bancário. Além disso, como o crédito já vem aumentando, não será o ingresso desse dinheiro do compulsório que terá efeito inflacionário.

**Governo tenta conter extinção da lagosta no país – Kamila Fernandes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/05/2007**

**Medidas limitam a pesca a 2.687 embarcações, 55% menor do que a frota vigente; objetivo é ordenar captura do animal**

**Governo também estende período de proibição da pesca do crustáceo em 45 dias e prevê R\$ 3,5 mi para aumentar a fiscalização**

Para ordenar a captura da lagosta e impedir até a sua extinção, o governo federal limitou a atividade a 2.687 embarcações, aumentou o período de proibição da pesca neste ano e incrementou a fiscalização por todo o litoral brasileiro.

O número de barcos que agora conseguiram a permissão é 55% menor do que o da frota que vinha capturando o crustáceo -cerca de 6.000 barcos. Os cerca de 1.300 que tinham autorização -o restante era ilegal- estão entre os que poderão continuar a pescar. Apesar da crise do setor, a lagosta continua a ser exportada pelo país. Foram US\$ 89 milhões em 2006, segundo a Secex (Secretaria de Comércio Exterior), o equivalente a 24% dos US\$ 372,5 milhões em crustáceos exportados pelo Brasil no ano, soma que inclui camarões criados em cativeiro. Toda a lagosta produzida é capturada em alto-mar. A pesca é feita principalmente por meio de barcos pequenos, que depois vendem o

crustáceo para grandes empresas. O maior comprador externo da lagosta brasileira são os EUA. Mais da metade da lagosta pescada aqui (67%), porém, fica mesmo no mercado interno.

O ordenamento do setor é uma tentativa de repor os estoques e voltar ao patamar alcançado na década passada, quando chegaram a ser capturadas 13 mil toneladas de lagosta em um único ano (1990), com faturamento de US\$ 132,4 milhões em exportações. Em 2006, foram 7.000 toneladas. Segundo pescadores, por causa da pesca predatória, o crustáceo está cada vez mais raro.

"Só controlando a pesca e protegendo a reprodução da lagosta o setor pode se recuperar. Caso contrário, o caminho seria até mesmo a extinção da espécie no litoral brasileiro", disse René Scharer, um dos fundadores do Instituto Terramar, ONG que lida com assuntos marinhos. Ele também é líder dos pescadores artesanais da Prainha do Canto Verde, em Beberibe (CE).

Além de restringir o número de permissões para a pesca do crustáceo, o governo decidiu, para minimizar danos ao ambiente marinho, controlar a forma de captura. Assim, instrumentos antes comuns, como a caçoeira (rede de arrasto), foram proibidos e devem ser substituídos pelo manzuá, uma armadilha não-predatória.

A confecção desse novo instrumento deverá ser feita pelos próprios pescadores excluídos da lista de autorizações para a pesca. Para aprender a fazer a armadilha, cerca de 1.500 antigos pescadores deverão receber capacitação do governo federal.

## **Pronaf**

Aos pescadores que seguirão no mar serão destinados R\$ 11 milhões do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a compra de equipamentos.

Para dar tempo ao setor se adaptar às novas regras, o governo ampliou por 45 dias o período do defeso, época em que a pesca da lagosta é proibida. Normalmente, a proibição vai de 1º de janeiro a 30 de abril, mas, neste ano, será prolongada até 15 de junho. Pescadores artesanais que cobram mudanças no setor há anos temem que a falta de fiscalização inviabilize as mudanças. A Seap (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca) anunciou que vai investir R\$ 3,5 milhões na ampliação da fiscalização, que deve se estender do Amapá ao Espírito Santo.

"A eficácia da fiscalização é de suma importância, pois, sem ela, todas as medidas tomadas perdem toda a credibilidade", disse o ministro Altemir Gregolin, da Seap.

**MDA organiza oficina de crédito do Pronaf no Baixo Amazonas – MDA –**  
08/05/2007

Até a próxima sexta-feira (11), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reúne em Parintins (AM) lideranças de trabalhadores rurais e agentes de assistência técnica para participar de oficina de capacitação sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). São cerca de 40 participantes entre os agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e agentes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) dos municípios de Parintins, Inhamundá e Barreirinha. Eles estão reunidos desde ontem (7).

De acordo com o delegado do MDA/AM, Lucio Moraes Carril, a atividade tem como objetivo qualificar a aplicação dos recursos do Pronaf no Baixo Amazonas. A oficina é voltada aos agentes de assistência técnica para o monitoramento dos contratos do Pronaf e para atender às solicitações de assistência dos agricultores familiares.

“Com o planejamento do Pronaf, tem aumentado a demanda por mais créditos na região, o que tem nos obrigado a ampliar a capacitação de técnicos nos procedimentos necessários para obter o financiamento. Só em Parintins, foram três mil propostas elaboradas, das quais avaliamos que 2,6 mil serão efetivadas”, estima Carril.

Dentre os palestrantes estará presente o consultor de crédito da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), Alexandre Gomes. O consultor da Diretoria de Financiamento da Produção da SAF vai apresentar na sexta-feira as diferenças das linhas de crédito do Pronaf, bem como os procedimentos necessários para solicitar e utilizar os recursos do programa.

**Real amplia parcerias no microcrédito - Fernando Travaglini – Valor Econômico**  
– Finanças - 08/05/2007

Mesmo com o forte avanço do crédito nos últimos anos, o segmento de microfinanças ainda não apresenta um desempenho satisfatório nas instituições brasileiras. O banco Real, um dos líderes desse setor, aposta em novas parcerias para crescer mais de 200% o número de clientes neste ano, pulando de 17 mil para 55 mil. A carteira deve passar dos atuais R\$ 20 milhões para a casa dos R\$ 80 milhões.

Os acordos, mais de dez, são com empresas como Unilever e Brastemp para fornecer microcrédito para comunidades carentes ligadas aos projetos sociais dessas companhias, ou para financiar os pequenos fornecedores ligados as cadeias produtivas, como nos casos da Dupont, Vipal e da Assai Atacadista.

O banco fechou também parceria com a Serasa para desenvolvimento de um sistema de cadastro para facilitar a concessão e elevar a produtividade dos agentes de crédito. Hoje é necessário o preenchimento de uma ficha socioeconômica de quatro páginas antes da liberação dos recursos e cada agente fica responsável por até 500 empréstimos. Com a nova metodologia, poderão atender até 1000 pessoas.

Existem ainda conversas com organismos multilaterais, como o Banco Mundial, para programas de treinamento de microempresários. Essas mudanças vieram depois que o banco precisou remanejar a carteira, que atingiu uma inadimplência de 35%. Hoje, a taxa está em 12%, e em queda, ressalta o superintendente executivo do banco, José Giovanni Anversa.

"Com os resultados positivos que tivemos, achamos que o negócio fosse igual ao banco e a inadimplência disparou", lembra. Anversa explica que a grande falha foi reduzir a importância do agente de crédito, responsável não só pela concessão, como pelo acompanhamento do negócio do cliente. "Ele funciona como um consultor, já que os clientes não têm planejamento e as finanças se confundem com as contas pessoais", explica.

Se for para pagar contas, por exemplo, os empréstimos não são concedidos. "O dinheiro deve ser usado para ampliar estoque, para elevar a produção e conseguir reduzir os preços dos produtos", enfatiza o executivo.

Além disso, a capacidade de pagamento desses clientes muda muito rápido. Como a taxa de renovação está em torno de 70%, os agentes precisam avaliar constantemente como está o negócio para saber se houve melhoria.

Hoje, 160 agentes atuam pelo Real, avaliando empréstimos que vão de R\$ 200 até R\$ 10 mil. Alguns casos as renovações chegam a R\$ 40 mil. O valor médio do empréstimo é de R\$ 1,4 mil, com prazo médio para pagamento de 10 meses e taxas que variam entre 2% e 4% ao mês.

Segundo estimativas do Ministério do Trabalho, existem cerca de 14 milhões de microempresários, mas os bancos atendem a apenas um milhão deles. "Queremos atender 500 mil microempresários até 2010", afirma. Em todo o mundo, o ABN AMRO atende 350 mil pessoas.

Desde 2003, os bancos são obrigados a emprestar 2% dos saldos captados em contas correntes. Segundo dados do Banco Central, o saldo destinado a microempresários era de R\$ 217 milhões em fevereiro.

**Redução de compulsório dos bancos ainda é só estudo, afirma Mantega - Alex Ribeiro e Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Finanças - 08/05/2007**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, esfriou ontem os estudos para reduzir a alíquota de recolhimento compulsório sobre os depósitos bancários, dizendo que os estudos são ainda preliminares. "É uma cogitação", afirmou. "Não sei se vamos fazer."

A idéia é que a Secretária de Acompanhamento Econômico (Seae) do Ministério da Fazenda faça um amplo diagnóstico sobre porque os juros e os "spreads" bancários continuam tão altos no Brasil, envolvendo aspectos tributários, concorrenciais e outros custos, como a inadimplência das operações de crédito. Com base nesse diagnóstico, será aberta uma discussão com a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Está nos planos da Fazenda usar a redução dos compulsórios como um dos pontos para, na negociação com os bancos, forçar a queda do "spread". O problema, admitem fontes da própria Fazenda, é que as decisões sobre a redução ou não dos compulsórios estão subordinadas à política monetária, implementada pelo Banco Central.

Como a análise do tema na Fazenda está no começo, o BC - a quem cabe definir os compulsórios - ainda não foi chamado a discuti-lo. Mas sabe-se que, pelo menos em tese, a autoridade monetária é favorável a um corte nas alíquotas de compulsório, que no caso dos depósitos à vista chegam a 45%, mais uma parcela de 8% remunerada. O ideal, disse o BC diversas vezes, é fazê-la convergir aos padrões internacionais, menores que 10%.

Mas, para o BC, essa não é uma decisão que deve ser tomada agora, porque cortes no compulsório expandem a liquidez da economia e estimulam ainda mais a demanda. O BC tem preferido cortar a taxa básica de juros a reduzir compulsórios.

As chances de um corte nos compulsório são ainda menores em um momento em que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC toma decisões dividido, com a maioria pregando reduções de 0,25 ponto percentual na taxa Selic e uma minoria pregando 0,5 ponto percentual.

A falta de espaço para reduzir os compulsórios não impede, porém, que a Fazenda negocie outros pontos para reduzir o "spread". Mantega chegou a anunciar a isenção de CPMF para as operações de empréstimo, mas acabou enviando para o Congresso um projeto sem a medida. Algumas medidas do pacote de redução do "spread" anunciadas em 2006 não foram colocadas em prática ainda, como o cadastro positivo e facilidades para clientes renegociarem financiamentos habitacionais. A Fazenda quer também examinar a competição em um contexto de maior concentração bancária.

**MS faz pressão, e Brasília libera mais R\$ 25 milhões a criadores** - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 08/05/2007

Após muita pressão política exercida nos bastidores pelo governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), o Ministério da Agricultura decidiu liberar mais R\$ 25 milhões para garantir a indenização aos pecuaristas dos municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo, que tiveram 27 mil cabeças de gado abatidas desde 2005 devido à febre aftosa.

Em abril, o Estado obteve R\$ 20 milhões para parte das indenizações. O recurso extraordinário do Tesouro foi garantido após decisão conjunta entre Agricultura, Casa Civil e Ministério do Planejamento. O status de prioridade absoluta à região preocupa setores da cadeia produtiva, que gostariam de ver uma "distribuição equânime" dos recursos em áreas igualmente ameaçadas, como a fronteira seca de Mato Grosso com a Bolívia.

O governo federal também editará medida provisória que põe fim à contrapartida financeira obrigatória dos Estados a recursos aportados pela União em casos de emergência sanitária. Pela Lei nº 569/1948, o governo federal podia bancar até dois terços dos recursos necessários. Agora, 100% do custeio poderá ser feito pela União em áreas de 150 km na faixa de fronteira. A medida facilitará a ação federal em momentos de urgência, como a detecção de doenças consideradas graves pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e que levam a embargos.

**Compulsório só deve cair em 2008** - Claudia Safatle – Valor Econômico –  
Finanças - 09/05/2007

Primeiro o Banco Central cumprirá a agenda de redução da taxa de juros básica, a Selic. Só depois de estar bastante avançado nessa tarefa é que a autoridade monetária deverá iniciar o processo de redução do recolhimento compulsório dos bancos no BC, asseguraram fontes da área econômica.

Juros e compulsórios são os dois principais instrumentos da política monetária e a redução da Selic é considerada prioritária para a área econômica do governo, pelos seus efeitos fiscais (no custo da dívida pública) e cambiais (no estímulo ao ingresso de dólares em busca do ganho de arbitragem entre os juros internacionais e os cobrados domesticamente). Essa é a opinião do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O debate sobre compulsórios está em fase ainda "preliminar" e não deverá haver medida nessa direção em 2007. O Ministério da Fazenda iniciou um estudo sobre redução do "spread" bancário, diferença entre as taxas de captação e de aplicação do sistema financeiro, ainda muito elevado no país. Como resultado desse trabalho, que vinha sendo conduzido pelo BC desde 1999, o governo pretende ter uma agenda de medidas de curto, médio e longo prazo. A que está em estágio mais avançado é a isenção da cobrança da CPMF (o imposto sobre movimentação financeira) sobre operações de crédito. Esta iniciativa pretende corrigir uma distorção que está ocorrendo com operações de crédito de curto prazo (como hot money, cheque especial, entre outros), pois não raro o peso da CPMF tem sido maior que a própria taxa de juros cobrada, dependendo do prazo.

A isenção da CPMF, porém, será uma medida a ser negociada com o Congresso no bojo da discussão sobre prorrogação da vigência dessa contribuição por mais cinco anos. Já a redução do compulsório, "com certeza", não será para este ano, sustentou um alto funcionário do governo. "Poderá vir a ser tomada no ano que vem, conforme a trajetória da taxa Selic", completou a mesma fonte. Hoje os bancos recolhem ao Banco Central 45% dos depósitos à vista, mais 8% de adicional, sendo que esta parcela é remunerada pela Selic; e de 15% sobre o total dos depósitos a prazo. Segundo estudos do BC, a atual estrutura do compulsório é responsável por cerca de 2 pontos percentuais do "spread".

É total o consenso que o peso dos compulsórios está desmedido, muito além do que os demais países praticam. A questão, agora, é apenas de se discutir o "timing" da medida, já que ela concorre com a redução da Selic.

Durante seminário sobre Economia Bancária e Crédito, patrocinado pelo BC e que ocorreu na segunda feira em São Paulo, foram discutidos diversos trabalhos acadêmicos e apresentado o relatório de "spread" bancário relativo ao ano de 2006, que ainda não havia sido divulgado pelo BC. Um dos estudos apresentados por dois técnicos do BC, Leonardo Alencar e Tony Takeda, busca, através de cálculos econométricos, precisar o impacto da redução dos compulsórios sobre a expansão da oferta de crédito. Esse texto, porém, segundo explicações de assessores do BC, não representa uma proposta da diretoria do BC de redução dos compulsórios. Nesse assunto, assegurou uma fonte qualificada do governo, Guido Mantega e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, vão trabalhar juntos e em sintonia, até porque compulsório é assunto do BC.

Também se debateu, no seminário de segunda-feira, o crescimento da inadimplência que vem acompanhando o aumento da oferta de crédito. A inadimplência, que em 2001 representava 31,04% do spread bancário, em 2004 já correspondia a 34% e em 2006, segundo os dados mais recentes do BC, supera os 40%. Razão pela qual, na avaliação

puramente técnica do BC, as medidas que precisam ser tomadas agora para ajudar na redução do spread são relacionadas ao risco de crédito, por exemplo, a criação do cadastro positivo.

Há um outro porém na questão do compulsório. Mantega já indicou à Federação Brasileira de Bancos (Febraban) que o sistema, que acumula lucros espetaculares, deve primeiro reduzir o spread para depois reivindicar a redução dos depósitos compulsórios.

### **Só compulsório não reduz o spread, afirma Febraban** - Fernando Travaglini – Valor Econômico – Finanças - 10/05/2007

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) voltou a defender que a redução do spread depende de uma série de fatores e não apenas da redução do empréstimo compulsório. "Não vamos resolver o problema mexendo em um único item. A solução está na somatória de pequenas intervenções", disse o presidente da entidade, Fábio Barbosa.

"Mas qualquer medida que reduza o ônus que incide sobre as transações financeiras são bem-vindas", completou. As declarações vieram depois de uma semana recheada de debates a respeito da necessidade de diminuir o spread bancário (diferença entre o custo de dinheiro para os bancos e os juros efetivamente cobrado dos clientes).

O tema voltou a ser discutido quando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que os bancos precisam reduzir essa margem. Em seguida, o ministro levantou a possibilidade de redução dos empréstimos compulsórios para que as taxas caíam. Atualmente, essa margem está em 26,5 pontos percentuais, segundos os dados do Banco Central até março.

Barbosa disse ainda que o compulsório (montante que os bancos são obrigados a depositar no Banco Central) é apenas um dos fatores que afetam o spread e que esta decisão é antes de tudo uma opção da política monetária. "Essa é uma decisão que não tem que ser tomada em função do impacto que causa sobre a política monetária, e cabe ao governo decidir", disse o executivo, ressaltando que não comentaria sobre o assunto.

Além dos compulsórios, o presidente da Febraban destacou outros fatores que pesam sobre o spread, como a carga fiscal e os riscos da operação de concessão de crédito. "Cada medida tem implicações. O compulsório, na política monetária e a carga fiscal tem implicação nas contas públicas", afirmou.

Ele lembrou ainda que o valor divulgado é uma média que não reflete necessariamente a queda que já houve em segmentos específicos. "O spread está caindo, por isso o crédito está crescendo tanto. Mas alguns segmentos têm risco maior e outros ainda tem comportamento desconhecido do sistema bancário", explica. Barbosa destacou ainda que o alongamento dos prazos também tem impacto.

O diretor da Febraban e do banco HSBC, Hélio Ribeiro Duarte, ressaltou ainda que a redução do compulsório tem impacto apenas indiretamente. "Talvez a discussão esteja um pouco equivocada. A redução dos compulsórios faz com que os bancos tenham mais recursos para emprestar e isso é saudável porque aumenta a competição entre os bancos e pode causar uma redução da taxa", avalia.

## **Agricultura e Fazenda traçam rumos do novo plano de safra - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 10/05/2007**

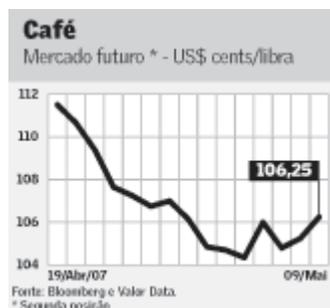
O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, terá hoje sua primeira reunião com o colega da Fazenda, Guido Mantega. No encontro, os ministros tratarão do alcance do Plano de Safra 2007/08, que será anunciado em junho pelo governo. Em pauta, redução de juros de crédito rural, elevação do volume de recursos a juros subsidiados e criação de políticas específicas para a chamada "classe média rural", segundo apurou o Valor.

A reunião também abordará a desoneração tributária de algumas cadeias agropecuárias, como carne bovina, lácteos e grãos. Na questão da recomposição do orçamento da Agricultura, cujo volume total sofreu um bloqueio de 44,5% em relação ao aprovado pelo Congresso, Stephanes listará algumas pendências mais urgentes para atender às reiteradas pressões de segmentos do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso.

Tratada como "prioridade zero" em todas as gestões do ministério, a defesa agropecuária tem R\$ 112 milhões bloqueados pela equipe econômica e vive aperto sem precedentes. O dinheiro para pagar indenizações de pecuaristas de Mato Grosso do Sul saiu dos cofres da defesa e não houve reposição. Foram R\$ 25 milhões. No seguro rural, prioridade do presidente Lula, os R\$ 20 milhões de limite disponível já foram comprometidos com a subvenção da safrinha de inverno de milho e do trigo. Já a rede de laboratórios da Agricultura, questionada por diversas missões estrangeiras, também depende da liberação de recursos sob influência do Ministério da Ciência e Tecnologia. Há R\$ 83,6 milhões carimbados para a rede federal de laboratórios, mas a equipe econômica sinaliza liberar apenas R\$ 10 milhões.

Na conversa, o ministro Stephanes também abordará a necessidade de garantir o pagamento de R\$ 15 milhões em convênios com Estados. Até agora, foram desembolsados R\$ 8 milhões. Stephanes também defenderá urgência na elevação da dotação para pagamentos a organismos internacionais, como a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e a FAO.

## **Recurso para colheita – Valor econômico – Agronegócios – Commodities Agrícolas – 10/05/2007**



O Ministério da Agricultura repassou ao Banco do Brasil R\$ 100 milhões para financiar a colheita da safra de café 2007/08. Os recursos são do Funcafé, que disponibilizará nesta safra R\$ 450 milhões. Ontem, o governo leiloou 97,96% das 40 mil sacas ofertadas. A receita obtida foi de R\$ 6,99 milhões, com preço médio de R\$ 178,41 por saca, segundo o Banco do Brasil. Na bolsa de Nova York, os preços futuros do café

subiram com compras por especuladores, segundo a Reuters. O contrato para julho subiu 100 pontos, para US\$ 1,0625 por libra-peso. Em Londres, os preços futuros subiram com compras de especuladores e indústrias, influenciados pela oferta escassa de grão do Vietnã no mercado físico. O contrato para julho valorizou US\$ 19, para US\$ 1.644 a tonelada.

**Crédito inicial garante boa colheita de milho em assentamento de Teresina (PI)**  
– INCRA – 11/05/2007

As 25 famílias do assentamento Tapuia, nas proximidades da comunidade Soinho, na zona rural de Teresina (PI), comemoram na manhã deste sábado (12) o início da colheita de milho. A produção foi incentivada através da aplicação do Crédito Instalação, modalidade Apoio Inicial, liberado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Foram plantados 14 hectares de milho, sendo que três hectares de área irrigada e 11 de sequeiro. “A partir de agora, a expectativa é colhermos de quatro a cinco mil espigas de milho por semana”, diz o agricultor Hélio Pereira da Silva.

A assistência técnica no assentamento é feita pela Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR) da prefeitura de Teresina. Parte da produção de milho sequeiro será destinada à alimentação de galinhas, também adquiridas através do crédito Apoio Inicial. Ao todo, por essa modalidade de crédito, foram investidos R\$ 60 mil, sendo mais de R\$ 35 mil investidos na área irrigada. “Com o Apoio Inicial, compramos, ainda, sementes, arames, ferramentas, telas para o criatório de galinhas e alimentação”, conta Silva.

O assentamento faz parte do Projeto Casulo, criado pela prefeitura de Teresina ainda em 1998 e reconhecido pelo Incra em setembro de 2005. A aplicação do crédito Apoio Inicial segue o que foi definido pelas famílias assentadas no Plano de Exploração Anual (PEA), elaborado conjuntamente por técnicos do Incra, no final de 2006, com acompanhamento de técnicos da prefeitura.

Dentro de poucos meses, serão aplicados os recursos do Crédito Instalação, modalidade Aquisição de Material de Construção, para serem construídas 25 casas no assentamento.

**Redução do compulsório será gradual** – Cláudia Safatle – Valor Econômico –  
Brasil - 11/05/2007

São várias as razões para não reduzir, agora, os recolhimentos compulsórios dos bancos no Banco Central. Mas uma coisa é certa: quando o BC começar a reduzi-los, o fará de forma bastante gradual. Há argumentos técnicos para isso. Como há muitos anos o padrão dos compulsórios tem se mantido inalterado, falta ao comando da equipe econômica informações confiáveis sobre como uma redução desses depósitos impactaria a demanda agregada. Já os efeitos da diminuição gradativa da taxa de juros Selic sobre a demanda e, portanto, sobre a formação de preços, são bem conhecidos dos técnicos oficiais, e nesse campo, ainda há muito o que explorar.

No curto prazo, as prioridades do governo são outras. Há um orçamento de liquidez que orienta as ações nessa área e hoje ele está sendo gasto com as políticas de redução dos juros e a de acumulação de reservas cambiais. Neste ano só com as intervenções no

mercado de câmbio houve emissão de R\$ 67,52 bilhões até abril. Injetar ainda mais liquidez com a liberação de compulsórios sobre os depósitos à vista e a prazo não seria adequado.

De onde, portanto, vêm as pressões para recolocar o assunto em pauta num momento em que tanto o Ministério da Fazenda quanto o próprio Comitê de Política Monetária (Copom), que tem competência exclusiva para deliberar sobre juros e compulsórios, não o consideram oportuno?

Vêm sobretudo do sistema financeiro, já que "o grande impacto de uma redução dos depósitos obrigatórios, agora, seria o de proporcionar lucros ainda maiores aos bancos", conforme avaliação de um importante assessor oficial.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, vem, desde o ano passado, pressionando o sistema bancário para que reduza os "spreads" (diferença entre a taxa de captação e de aplicação dos bancos) que cobram nas operações de crédito. A cada conversa com a Febraban sobre essa questão, os representantes dos bancos devolvem ao ministro a iniciativa, sugerindo que primeiro o Banco Central tem que diminuir os compulsórios e, como efeito dessa medida, os 'spreads' cairão naturalmente.

Hoje, não há escassez de crédito na economia e a expectativa é de que a oferta continue crescendo este ano entre 20% e 25%. Não chegou ao governo, nos últimos meses, qualquer reclamação do sistema financeiro sobre aperto de liquidez que esteja reprimindo a oferta de crédito. Razão pela qual, conforme se avalia na área econômica, a descompressão da estrutura dos compulsórios, nesse momento, seria de pouca valia para a diminuição do custo do dinheiro. Os "spreads" até vinham caindo, mas voltaram a crescer no momento que os bancos avançaram na concessão de empréstimo para uma clientela de maior risco, elevando a inadimplência, assinalam os técnicos. A área a atacar, portanto, é a que se relaciona com o risco de crédito. Medidas dessa natureza dormem nas gavetas do Congresso, como a criação do cadastro positivo, que permitiria o cliente de uma instituição, de posse de boas informações sobre sua vida financeira, sair em busca de uma instituição que lhe dê crédito mais barato.

Difícilmente o governo conseguirá fazer com que os bancos reduzam os seus "spreads" - que hoje representam 26,5 pontos percentuais acima da taxa de captação dos bancos na média das pessoas físicas e jurídicas - na base do voluntarismo. Os assessores especializados em sistema financeiro apostam mais no desenvolvimento da concorrência no sistema como solução.

---

### **Medida, agora, só aumentará o lucro dos bancos**

---

O ingresso de bancos estrangeiros no crédito consignado, a onda de oferta de ações de instituições de médio porte são alguns dos sinais de que no médio prazo a concorrência tende a aumentar e, como conseqüência, o custo do capital tende a cair.

Cabe ao governo, porém, continuar a trabalhar nas questões microeconômicas que afetam o custo do dinheiro. Uma agenda que começou em 1999, sob o comando do então presidente do BC, Armínio Fraga, avançou com a Lei de Falência e precisa prosseguir com as medidas já anunciadas, mas não implementadas pelo Ministério da Fazenda. Nesse leque estão, por exemplo, a portabilidade do crédito imobiliário e do consignado e a ampliação da central de risco de crédito do BC para operações de R\$ 3 mil reais (hoje o BC registra operações a partir de R\$ 5 mil).

A isenção da CPMF para operações de crédito deverá ser a primeira medida da retomada dessa agenda, mas estará condicionada à votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da contribuição por mais 5 anos.

### **Oxigênio para os Estados**

O governo não deixará os governadores sem resposta na demanda pelo aumento do endividamento. Os governadores querem que prevaleça a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita a dívida a duas vezes o valor da receita líquida corrente. A lei do refinanciamento das dívidas dos Estados com a União, de 1997, anterior, portanto à LRF, é mais restritiva. Ela limita o endividamento a uma vez o valor da receita real líquida. Para começar, são dois conceitos distintos.

Inicialmente, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reagiu contra a migração de um conceito para o outro, mais flexível, alegando que isso custaria uma fortuna para o setor público: a dívida aumentaria em R\$ 140 bilhões se todos os Estados fossem para o teto da LRF.

O ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, porém, diz que o governo trabalha numa proposta intermediária. Algo que não comprometa as contas públicas, mas que também não deixe os governadores à míngua. A Fazenda está elaborando alternativas, mas Bernardo acha que qualquer afrouxamento nessa área deve ser condicionada a que os Estados melhorem o financiamento das suas previdências ou contenham o gasto corrente.

Para ele, o momento do país é outro, muito melhor do que o vivido quando da renegociação das dívidas dos Estados, nos anos 90. Hoje a economia está estabilizada, os juros são menores e os prazos dos financiamentos, mais elásticos. "Então, é possível se fazer alguma coisa", disse o ministro.

### **Claudia Safatle é diretora adjunta de redação e escreve às sextas-feiras**

**claudia.safatle@valor.com.br**

### **Compulsório só cai após spread, diz Mantega - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Finanças - 11/05/2007**

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o governo vai pensar em reduzir o compulsório dos bancos depois que as instituições financeiras privadas reduzirem a diferença entre o que pagam pela captação dos recursos no mercado e o que cobram pela concessão de crédito (spread).

Mantega confirmou que a redução dos spreads faz parte das suas rotineiras conversas com os presidentes dos cinco bancos públicos federais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa). "Fazemos questão que os bancos públicos estejam à frente na redução das taxas de juros e dos spreads, tendo em vista a manutenção do equilíbrio econômico desses bancos", disse.

Nesses encontros, o ministro da Fazenda admitiu que cobra relatórios de desempenho desses bancos, principalmente com relação ao aumento do volume de crédito e à redução dos spreads porque esse é um tema importante.

Na avaliação de Mantega, esses bancos públicos federais têm cumprido sua missão. Ele citou o fato de a Caixa estar aumentando o volume de crédito habitacional, que é um de seus principais objetivos. Segundo o ministro, o volume total de crédito habitacional, no

primeiro trimestre, cresceu 23% em relação ao mesmo período do ano passado. Nesse segmento, a Caixa é quem mais contribuiu.

O Valor já havia informado que o Banco Central vai cumprir a agenda da redução da taxa básica de juros (Selic) e, depois de essa tarefa estar bastante avançada, vai iniciar a redução do recolhimento compulsório dos bancos.

Juros e compulsórios são os dois principais instrumentos da política monetária e a redução da Selic prioridade para a área econômica do governo porque tem importantes efeitos no custo da dívida pública e no estímulo à entrada de dólares em busca do ganho de arbitragem entre os juros internacionais e os cobrados no país.

O debate sobre compulsórios no governo ainda está na fase preliminar neste ano. O Ministério da Fazenda iniciou um estudo sobre redução dos spreads bancários, ainda muito elevado no país. Como resultado desse trabalho, que vinha sendo conduzido pelo BC desde 1999, o governo pretende ter uma agenda de medidas de curto, médio e longo prazo. A que está em estágio mais avançado é a isenção da cobrança da CPMF (o imposto sobre movimentação financeira) sobre operações de crédito.

#### **Combate à aftosa – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 14/05/2007**

O Diário Oficial da União publicou medida provisória (370), na sexta, destinando R\$ 25 milhões ao Ministério da Agricultura para o combate à aftosa. Parte do valor será usado na indenização de produtores sul-matogrossenses que tiveram ou venham a ter animais sacrificados e parte repassada a um convênio, firmado com o governo estadual, para investimentos em vigilância sanitária nas áreas de fronteira. Outra MP, a 371, determina que as indenizações aos pecuaristas, numa faixa de fronteira terrestre de até 150 quilômetros, "serão integralmente pagas pela União, desde que o produtor não seja responsável pela ocorrência da doença em sua propriedade".

#### **Volume de recursos do FAT para setor rural recua 70% - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 15/05/2007**

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) decidiu reduzir em 70% o volume de recursos destinados a programas e linhas especiais de financiamento ligadas ao setor rural. O orçamento disponível aos diversos públicos de produtores rurais atendidos pelo fundo cairá de R\$ 5,24 bilhões, em 2006, para R\$ 1,6 bilhão neste ano. Mesmo quando somada a reaplicação dos chamados retornos de empréstimos concedidos em anos anteriores, o valor chega a R\$ 2,99 bilhões, 57% inferior ao orçamento de 2007.

Desde 2005, os recursos do FAT têm sido importantes para auxiliar na renegociação das dívidas antigas de produtores rurais com seus fornecedores e no financiamento do capital de giro de cooperativas agropecuárias.

Principal linha de refinanciamento das dívidas rurais até aqui, a linha FAT Giro Rural, criada em 2005, terá R\$ 465,4 milhões em recursos novos em 2007. Somado aos retornos, o volume total chega a R\$ 687,8 milhões. No ano passado, os produtores tiveram R\$ 2,65 bilhões à disposição. A linha FAT Giro Cooperativo Agropecuário, que estreou com R\$ 100 milhões em 2006, teve seu orçamento reduzido a zero em 2007. Mesmo o

Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), que contou com R\$ 2,4 bilhões em recursos novos em 2006, terá só R\$ 1,1 bilhão neste ano - no total, o volume soma R\$ 2,27 bilhões. E o orçamento do Proger Rural, que teve R\$ 100 milhões disponíveis, encolheu neste ano para R\$ 35,6 milhões.

A forte redução no orçamento dessas linhas vinculadas ao setor rural é explicada pela mudança nos critérios de aplicação dos recursos. O vice-presidente do Codefat, Luiz Fernando Emediato, indicado pela Força Sindical, afirma que as prioridades foram os projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investimentos para micro e pequenas empresas e para a agricultura familiar.

"O conselho, que é soberano em suas decisões, aplicou onde achou melhor para o Brasil", resume. "O dinheiro acabou e foi distribuído na mesma proporção do ano passado". Segundo ele, os recursos para capital de giro ficaram mesmo em segundo plano. "Para o giro, meu voto era para não liberar nada. O produtor rural pode recorrer ao Banco do Brasil, que tem a poupança rural como fonte e dinheiro sobrando neste ano", afirmou. Emediato informou que o Codefat destinou R\$ 2,9 bilhões ao setor rural nos últimos dois anos.

Vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), o conselheiro Rodolfo Tavares classifica como "inaceitável" o orçamento para 2007. "Houve um acordo de que esses valores seriam revistos porque o corte na agricultura, sobretudo familiar, é inaceitável", disse. Segundo ele, o acordo está registrado na ata da reunião, ocorrida na sexta-feira. "Se o cobertor é curto, ou se deixa todo mundo meio coberto ou todo mundo nu".

#### **Especialistas discutem agronegócio brasileiro – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 16/05/2007**

Pelo segundo ano, especialistas do Brasil e do exterior reúnem-se para discutir a expansão do agronegócio brasileiro e os produtos oferecidos pelos bancos para financiar as commodities agrícolas. É a edição 2007 da conferência Trade & Agricultural Commodity Finance, que será realizada nos dias 22 e 23, no Hotel Sofitel, na capital paulista. O evento é promovido pelo IBC, AgraFNP e Agra Informa.

#### **GOVERNO FEDERAL LIBEROU MAIS RECURSOS PARA O CAFÉ – Sítio Eletrônico do MAPA – 16/05/2007**

A partir de amanhã (17/5), a cadeia produtiva do café vai contar com mais recursos para financiamento da colheita, estocagem e aquisição do produto. O secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Linneu da Costa Lima, anunciou hoje (16/05) a liberação de R\$ 170 milhões para o Banco do Brasil, Itaú/BBA, CrediMinas e a Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Varginha (MG) (Credivar). Estes agentes financeiros vão emprestar até o limite de R\$ 200 mil (R\$ 1.440 por hectare).

Segundo Linneu, o Banco do Brasil vai receber o maior volume. São R\$ 100 milhões, sendo R\$ 50 milhões destinados à estocagem e outros R\$ 50 milhões para o Financiamento de Aquisição de Café (FAC), uma linha de crédito para as indústrias comprarem do produtor. Ele informou que o Itaú/BBA vai receber R\$ 50 milhões para o FAC, a CrediMinas R\$ 15 milhões para colheita e a Credivar R\$ 5 milhões também destinados à colheita. “Até agora, o Mapa já liberou nesse início da safra R\$ 441 milhões para o financiamento da produção de café de um total de R\$ 2.026 milhões”, previstos para a safra 2007/2008, explicou.

### **Governo Federal e BID assinam acordo de empréstimo de R\$ 18 milhões – MDA – 16/05/2007**

O Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinam, nesta quinta-feira (17/05), contrato de acordo de empréstimo no valor de US\$ 18 milhões para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). A solenidade de assinatura será realizada às 11h, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). O evento terá a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani; do secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar de Almeida; da Procuradora da Fazenda Nacional Fabiani Fadel Borin; e do diretor do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Dino Castilhos.

O acordo de empréstimo prevê o repasse ao programa de US\$ 10,8 milhões pelo BID e a contrapartida do Governo Federal de US\$ 7,2 milhões, totalizando US\$ 18 milhões. Os recursos são destinados à execução do programa nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

O programa de Regularização Fundiária vai beneficiar os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos imóveis e no georreferenciamento, utilizando aparelhos GPS, para identificar com precisão os limites das propriedades. Essas informações vão possibilitar fazer um diagnóstico completo dos municípios georreferenciados, identificando a situação fundiária dos imóveis, que servirá de subsídio para a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e para regularização das posses.

O programa de Regularização Fundiária vem sendo desenvolvido desde 2005, em caráter experimental, pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com os Institutos Estaduais de Terras, com recursos do MDA e dos estados. A metodologia do programa está sendo aplicada pela SRA nas ações de cadastramento e de georreferenciamento de imóveis nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Amapá, Paraíba e Pernambuco. Até agora, já foram cadastrados 16.928 e georreferenciados 13.745 imóveis rurais. Destes, 5.413 já foram titulados.

#### **Malha fundiária**

Para agilizar o cadastro dos imóveis rurais, a SRA/MDA assinou recentemente um convênio com a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologias Espaciais (Funcate), para a criação do Sistema de Gestão Territorial – SGT. O sistema permitirá o armazenamento e o conhecimento completo da malha fundiária dos territórios rurais abrangidos.

Com essas informações, será possível elaborar diagnósticos da situação fundiária e propor políticas públicas que atendam as necessidades desses territórios. O SGT é compatível com o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), e vai conter informações obrigatórias sobre a identificação, localização, dimensão, titularidade e situação jurídica do imóvel. Essas são os critérios previstos do Decreto nº 4.449/02, que regulamenta a lei do Sistema Público de Registro Terras (Lei 10.267/01).

### **Convênio viabiliza recursos para atividades de assessoria técnica na Bahia– Sitio Eletrônico do MDA –17/05/2007**

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na Bahia firmou um convênio com a Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (Cooteba) que irá beneficiar 47 Projetos de Assentamento (PAs) do estado. Os recursos, no valor de R\$ 156,5 mil, serão usados para a manutenção da prestação de serviços do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates) e para a elaboração de Planos de Recuperação de Assentamentos (PRAs) e Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs). O convênio atende assentados que vivem nas regiões Oeste, Chapada Diamantina, Sul e Extremo Sul.

De acordo com o coordenador-geral da Cooteba, Libanílson Braga de Oliveira, o convênio se caracteriza pela orientação técnica para o cultivo e a comercialização da produção e por promover oficinas de diagnóstico participativo junto aos assentados, o que ajuda na elaboração dos PRAs e dos PDAs. Oliveira ainda destacou que são desenvolvidas nos PAs atividades destinadas à agricultura orgânica, à agroecologia e ao manejo de bovinos.

O convênio também prioriza iniciativas ligadas à preservação de matas ciliares e de reservas permanentes. “Já percebemos que alguns assentamentos foram bastante beneficiados pelo trabalho feito pela Cooteba em parceria com o Incra. No assentamento Dorcina Paula, em Bonito, os agricultores têm bons resultados com o cultivo do café orgânico. No assentamento Manoel Chinês, em Itabuna, o grande destaque é o cacau”, enfatizou Oliveira.

**Exportadores obtêm liminar contra INSS - Patrick Cruz – Valor Econômico –  
Legislação e Tributos - 16/05/2007**

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) conseguiu uma liminar para que sejam depositadas em juízo as contribuições previdenciárias decorrentes da receita obtida com exportações feitas por meio de tradings. A entidade, que reúne os produtores do oeste baiano, um dos principais pólos de produção de grãos do país, é a nova protagonista da disputa que opõe os exportadores e a Secretaria de Receita Previdenciária desde 2005.

A decisão liminar foi tomada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região no início do mês. Os depósitos em juízo dos valores relativos às contribuições devem ser realizados até que haja o julgamento do mérito da ação. A Aiba já está notificando as tradings que trabalham com os associados da entidade sobre a nova forma de recolhimento da contribuição, diz o advogado Felipe Córdova, do escritório Felisberto Córdova Advogados, que representa a entidade. Segundo ele, a orientação é a de que, em caso de não-cumprimento da decisão pelas empresas exportadoras, os produtores deixem de vender a elas.

A cobrança da contribuições tem gerado contestações desde sua implementação. Em julho de 2005, a Secretaria da Receita Previdenciária publicou a Instrução Normativa nº 3, que exige as contribuições sociais nas vendas internas do agronegócio encaminhadas às empresas exportadoras (tradings). Mas os críticos da norma argumentam que a cobrança afeta os pequenos exportadores, que não têm condições de vender diretamente aos clientes no exterior. "Foi criado um imposto sem base legal alguma", diz Sérgio Pitt, vice-presidente da Aiba. Fazem parte da associação mais de 1.200 produtores, mas pouco menos de 100 exportaram neste ano, já que, até o momento da atual safra, entre as grandes culturas, apenas a colheita de soja foi realizada.

Na região, dos produtos de exportação, ainda falta a colheita das safras de algodão e café. Se levados em conta os embarques de soja da safra 2006/2007, a contribuição previdenciária dos produtores do oeste baiano representa pelo menos US\$ 1,4 milhão. "Pode não parecer muito, mas é dinheiro suficiente para os produtores reformarem maquinário ou comprarem um novo trator", afirma o dirigente.

As disputas entre a Previdência e os exportadores que vendem ao exterior por meio de tradings foram desencadeadas em 2005, mas sua origem é bem mais antiga. Em 1972, o Decreto-Lei nº 1.248 instituiu um regime tributário especial para as negociações internas de mercadorias com finalidade de exportação. O decreto foi ratificado pela Lei 8.402, de 1992. "A instrução normativa desdiz tudo o que se sabe de exportação até hoje", afirma o advogado Waldemar Deccache, do escritório Deccache Advogados Associados. "O menor exportador acaba pagando mais que o maior, que tem condições de exportar diretamente. É uma total anomalia jurídica."

Deccache defendeu a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (Unica), autora, junto com o Sindicato da Indústria de Fabricação do Alcool (Sifaesp) e o Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado (Siapesp), de outra ação que também contestou a cobrança. No fim de março, o TRF da 3ª Região restabeleceu a isenção do pagamento da contribuição. No ano passado, em Goiás, o TRF da 1ª Região concedeu à Goiasa Goiatuba Alcool uma liminar para suspender a cobrança. Em outubro, a decisão foi confirmada em primeira instância. A Associação Brasileira das Empresas de Trading (Abece) também briga na Justiça contra a instrução da Previdência. A entidade ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), ainda pendente de julgamento.

**Programa garantirá acesso de agricultores às políticas públicas do Governo Federal** – Sítio Eletrônico do MDA – 17/05/2007

O Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram, nesta quinta-feira (17/05), contrato de acordo de empréstimo no valor de US\$ 18 milhões para a execução do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCTF) da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA). O secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida, representando o ministro Guilherme Cassel, destacou que a parceria irá beneficiar diretamente os agricultores familiares brasileiros, garantindo acesso às principais políticas públicas do Governo Federal.

Segundo Almeida, o convênio é o resultado de três anos de negociação com o BID, e visa melhorar a qualidade de vida de agricultores familiares do Brasil. “O principal significado desse convênio é que as famílias beneficiadas com o PCTF vão receber na verdade um título de cidadania. Este título dará acesso às demais políticas públicas do Governo Federal, como crédito e seguro agrícola, por exemplo”, disse o secretário, acrescentando que em parceria com os estados os benefícios serão ampliados. “Sabemos que o Governo Federal sozinho não dá conta de atender a todos como eles merecem. O MDA tem cada vez mais muito claro que as parcerias com movimentos sociais e órgãos públicos é preponderante para ampliar o atendimento”.

De acordo com o encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani, esse tipo de programa extrapola os seus objetivos, o que, segundo ele, é muito positivo. “Isso, porque tem uma base fundamentalmente social ao visar regularizar a propriedade de pequenos produtores”, disse. O impacto mais importante, além de cadastrar e regularizar, é outorgar um título de propriedade que tem atuação direta na segurança familiar e permite à pessoa que está na terra tornar-se uma pessoa com crédito. “Com isso, ele pode obter recursos nos bancos e entidades de crédito suficientes para viabilizar e ampliar a produção e se inserir na economia. Assim, inicia-se um ciclo econômico com todas as repercussões: maiores insumos, mais serviços prestados aos agricultores familiares, recursos para segurança alimentar, acesso a educação básica e profissional”, garante Lestani, acrescentando que o BID já tem parceria em regularização fundiária com mais de 10 países da América Latina.

Dino Castilhos, coordenador do PCTF, afirmou que o acordo de cooperação com o BID, embora simbólico por ainda não abranger todos os estados, cria uma política pública. “O fato de criar um cadastro de terras é de uma importância tremenda para nosso País. A identificação dos imóveis rurais ligada ao sistema geodésico brasileiro, permite a segurança e a localização das áreas e reduz os conflitos por terras. Há ainda uma coincidência, pois a pauta do cadastro da regularização fundiária está na pauta dos movimentos sociais que defendem a agricultura familiar, como uma necessária política a ser concretizada neste País”, garante.

Valores - O acordo de empréstimo prevê o repasse ao programa de US\$ 10,8 milhões pelo BID e a contrapartida do Governo Federal de US\$ 7,2 milhões, totalizando US\$ 18 milhões. Os recursos são destinados à execução do programa em 83 municípios dos

estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, com previsão de ampliação, em uma segunda etapa, para todo o País.

O programa de Regularização Fundiária vai beneficiar os agricultores familiares, dando a eles a segurança jurídica da posse do imóvel. O trabalho consiste no levantamento cadastral dos imóveis e no georreferenciamento, utilizando aparelhos GPS, para identificar com precisão os limites das propriedades. Essas informações vão possibilitar fazer um diagnóstico completo dos municípios georreferenciados, identificando a situação fundiária dos imóveis, que servirá de subsídio para a constituição do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) e para regularização das posses.

O programa de Regularização Fundiária vem sendo desenvolvido desde 2005, em caráter experimental, pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA) em parceria com os Institutos Estaduais de Terras, com recursos do MDA e dos estados. A metodologia do programa está sendo aplicada pela SRA nas ações de cadastramento e de georreferenciamento de imóveis nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Tocantins, Goiás, Sergipe, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas, Amapá, Paraíba e Pernambuco. Até agora, já foram cadastrados 16.928 e georreferenciados 13.745 imóveis rurais. Destes, 5.413 já foram titulados.

A solenidade de assinatura ocorreu durante a manhã, no Auditório da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). O evento contou ainda com a presença do encarregado da Representação do BID no Brasil, Jorge Luís Lestani; da Procuradora da Fazenda Nacional Fabiani Fadel Borin; do diretor do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, Dino Castilhos, e do coordenador do PCTF, Raimundo Sobrinho. A solenidade foi prestigiada também por deputados federais, presidentes de órgãos estaduais de terras e representantes de entidades parceiras do PCTF e MDA.

#### **Suinocultores em SC - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 17/05/2007**

Os suinocultores de Santa Catarina protestaram ontem com o fechamento de rodovias da região oeste para chamar a atenção de Brasília para o setor, ainda embargado pela Rússia. Os produtores pediram crédito de R\$ 500 por matriz de suínos com juros equivalentes ao do Pronaf, prazo maior para pagamento, política de preço mínimo para o suíno e venda de milho pela Conab a R\$ 17 a saca.

**Dólar fraco afeta receita do Bertin com exportação** - Alda do Amaral Rocha –  
Valor Econômico – Agronegócios - 17/05/2007

A desvalorização do dólar em relação ao real deve afetar as receitas do grupo Bertin com as exportações este ano. Os volumes vão crescer, mas o faturamento com a venda externa de produtos como carne bovina, couro, itens de higiene e limpeza e equipamentos de proteção individual deve avançar menos de 10%. Foram US\$ 1,007 bilhão em 2006, e a previsão é alcançar US\$ 1,1 bilhão este ano, segundo Denizar Antunes, gestor de assuntos corporativos do grupo. "O crescimento será pequeno por causa do dólar", afirmou.

O faturamento total do grupo, no mercado doméstico e na exportação, deve crescer de forma mais expressiva, de R\$ 4,5 bilhões ano passado, para R\$ 6 bilhões este ano. Parte desse avanço se dará por conta do aumento das vendas de alimentos no mercado doméstico. A expectativa é de crescimento de 20% a 25% na receita desse segmento, que foi de R\$ 530 milhões no ano passado, segundo Durval Cavalcanti, diretor de mercado interno da Bertin Alimentos.

Ele afirmou que a capilaridade da empresa na distribuição de produtos no mercado interno deve sustentar esse aumento. "Entre o fim de 2006 e agora, houve um crescimento de 18% no número de clientes". No total, são 11 mil clientes, 42% no grande e pequeno varejo, 28% no food service, 20% no segmento marcas próprias e 8% em açougues. "Temos estrutura para atender o mercado", disse Cavalcanti, acrescentando que o aumento da renda também contribuiu para o crescimento.

O aumento dos abates de gado bovino neste ano, com a entrada em operação da unidade de Campo Grande (MS) também contribuirá para o maior faturamento. Com a nova planta, a capacidade abate do Bertin sairá de 7 mil cabeças de gado por dia para 10 mil animais.

De acordo com Antunes, o Bertin deve investir R\$ 200 milhões este ano, e o mesmo montante em 2008 e 2009. Os recursos previstos para 2007 serão destinados à unidade de Campo Grande, que entra em operação este ano, à fábrica de biodiesel de Lins (SP), à ampliação da planta de Marabá (PA), para 1.500 animais por dia, e à melhoria de plantas já existentes.

Sobre a onda de frigoríficos indo à bolsa, Antunes disse que o grupo Bertin irá abrir o capital "no momento em que achar oportuno para o negócio". Segundo o executivo, a empresa tem "uma estratégia de aportes de capital que sustenta o crescimento nos próximos anos". No ano passado, por exemplo, o grupo captou US\$ 250 milhões no mercado internacional e emprestou US\$ 90 milhões do International Finance Corporation (IFC), montantes que devem garantir os investimentos nos próximos anos. O executivo frisou que o grupo Bertin está fazendo a "lição de casa", investindo na governança corporativa e atento à sustentabilidade em questões econômicas, sociais e ambientais.

**Produtores cobram a bancada ruralista** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/05/2007

Produtores agrícolas do Centro-Oeste vão cobrar maior empenho da bancada ruralista para a resolução dos problemas do segmento, em especial os relacionados ao endividamento. Com o intuito de dar maior peso e organizar a pressão sobre a bancada, a

Federação de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Mato Grosso (Famato) e as associações dos produtores de Soja (Aprosoja), Algodão (Ampa) e Sementes (Aprosmat) constituíram a Comissão Integrada de Crédito e Endividamento. A primeira reunião de trabalho da comissão será realizada na segunda-feira.

#### **Crédito Instalação beneficia 859 famílias assentadas na Bahia – Sítio Eletrônico do MDA – 18/05/2007**

O Programa Crédito Instalação beneficiou 859 famílias de assentados na Bahia de janeiro até a primeira quinzena de maio deste ano. No total, foram aplicados R\$ 3,39 milhões nas modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Apoio Inicial. Na primeira, foram atendidas 513 famílias com o investimento de R\$ 2,56 milhões. Na segunda, foram contempladas 346 famílias com recursos na ordem de R\$ 832 mil.

A modalidade Apoio Inicial consiste na primeira liberação de recursos após a criação do Projeto de Assentamento (PA). Cada família recebe R\$ 2,4 mil que são utilizados para aquisição de alimentos, sementes, instrumentos de trabalho. Também é possível a associação de assentamento optar por usar os recursos das famílias para a compra de caminhões, tratores ou outro tipo de insumo para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

No valor de R\$ 5 mil por família, a modalidade Aquisição de Materiais de Construção prioriza a construção de casas. Apenas podem se beneficiar com os recursos dessa modalidade as famílias que comprovarem a aplicação correta do Apoio Inicial.

De 2003 a 2006, o Programa Crédito Instalação liberou R\$ 30,34 milhões, o que beneficiou 9.617 famílias assentadas na Bahia. Na modalidade Apoio Inicial, foram utilizados R\$ 12,54 milhões que atenderam a 5.864 famílias. Na Aquisição de Materiais de Construção, foram investidos R\$ 17,8 milhões que atenderam 3.753 famílias.

#### **Mais verba para café – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 18/05/2007**

O Ministério da Agricultura liberou mais R\$ 170 milhões para financiamento da safra de café. O recurso foi repassado ao Banco do Brasil, Itaú/BBA, CrediMinas e a Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Varginha (Credivar).

**Ruralistas pressionam por nova renegociação de dívidas - Mauro Zanatta –**  
Valor Econômico – Agronegócios - 18/05/2007

A bancada ruralista do Congresso começa oficialmente nesta segunda-feira uma nova campanha nacional para pressionar o governo a aceitar uma renegociação geral das dívidas do setor com bancos federais e a suspender a execução judicial pelo Tesouro Nacional dos débitos já vencidos. A Comissão de Agricultura da Câmara estima um total de R\$ 14,4 bilhões em dívidas a vencer ao longo de 2007.

Em evento marcado para a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, em Cuiabá, a Comissão de Agricultura da Câmara fará a primeira de uma série de reuniões com lideranças ruralistas regionais, prefeitos, vereadores e deputados estaduais programadas para os próximos dias. A idéia é colocar o assunto no radar dos articuladores políticos do governo e forçar a equipe econômica a negociar. À noite, em Campo Grande (MS), os ruralistas terão outro encontro para "alertar" as autoridades sobre a gravidade da situação do campo.

O governo rejeita uma renegociação geral dos débitos, mas reconhece a delicada situação financeira da maioria dos produtores. Três fatores concentram as preocupações: o dólar barato que reduz a renda em reais; a receita insuficiente para pagar as contas atuais e passadas; e o forte endividamento do setor provocado pelo acúmulo dos vencimentos em 2007.

Alertada, parte do governo já avalia que o cenário atual pode resultar em uma nova grande crise no setor, como a vivida em 2005. Ontem, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, recebeu a bancada para tratar do tema. Mas como o assunto está fora do "radar político", o governo sofreu com a desarticulação para tentar antecipar-se a alguns problemas e para conter discursos mais inflamados pelo interior do país. E os ruralistas avançam. "Há uma insatisfação muito grande nas bases. A grande safra que será colhida neste ano não significa que teremos renda para pagar todas as dívidas acumuladas nas últimas três safras", diz o deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), líder do setor e terceiro-secretário da Mesa da Câmara.

Na tentativa de descolar a iniciativa da imagem arranhada dos grandes produtores, os parlamentares buscam realçar a importância de uma rolagem de dívida para médios e pequenos produtores. O foco estará na dificuldade de pagamento dos empréstimos contratados nas linhas de investimento agropecuário.

Estimativas da Comissão de Agricultura indicam que há R\$ 7,5 bilhões em dívidas antigas já prorrogadas em investimentos. A inadimplência nas linhas administradas pelo BNDES somariam 20%, segundo a avaliação. O peso das dívidas de investimento no total dos débitos rurais é alto. Há R\$ 49 bilhões a vencer ao longo dos próximos 15 anos.

Em situação igualmente complicada estão os produtores que tiveram suas dívidas de renegociações anteriores transferidas para o Tesouro Nacional. Com isso, essas dívidas viraram débitos fiscais. E os produtores podem ser executados na Justiça e inscritos no cadastro de inadimplentes. "Temos 60 mil contratos nesta fase de execução, o que dá uns 300 mil produtores", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). A Comissão de Agricultura estima haver R\$ 10 bilhões em débitos atrasados nos programas de securitização (1995) e de saneamento de ativos, o Pesa (2001). No total, foram transferidos cerca de R\$ 30 bilhões ao Tesouro.

O levantamento da Comissão de Agricultura, que será apresentado nas reuniões do Centro-Oeste, mostra que o setor "carrega" R\$ 100 bilhões em dívidas. Desse total, R\$ 13

bilhões são relativos à securitização e outros R\$ 12 bilhões ao Pesa. Há mais R\$ 15,5 bilhões dos produtores da agricultura familiar (Pronaf). "Temos pedido conversas com o ministro da Fazenda [Guido Mantega], mas não há boa vontade", reclama o presidente da comissão, Marcos Montes (DEM-MG).

**Banrisul financia** – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 22/05/2007

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) anunciou ontem a liberação de R\$ 106 milhões, em recursos próprios, para o custeio da safra de inverno deste ano no Estado. O valor supera em 32% o montante liberado em 2006 para o plantio de trigo, girassol, canola, aveia, cevada, centeio e triticale, além de custeio pecuário, suinocultura e avicultura, informou a instituição.

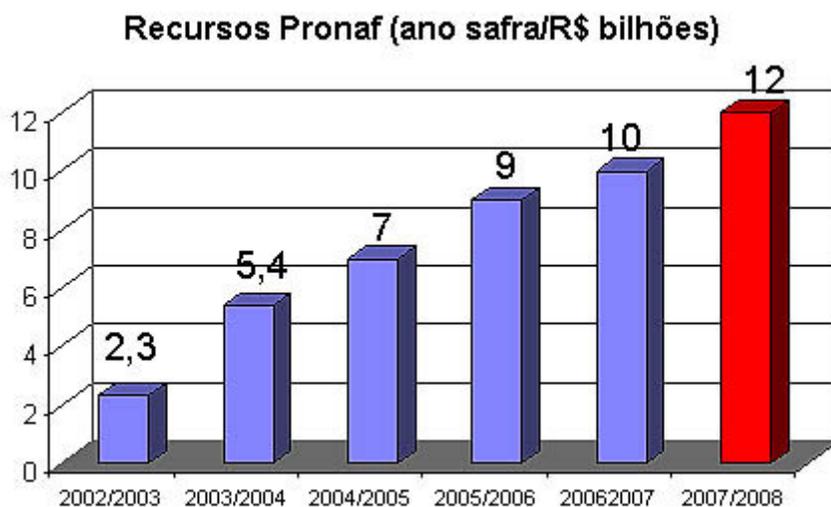
**Mapa libera recursos para setor cafeeiro** – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 23/05/2007

O Ministério da Agricultura (Mapa) anunciou, na semana passada, a liberação de R\$ 170 milhões para o Banco do Brasil, Itaú/BBA, CrediMinas e a Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Varginha (MG). Estes agentes financeiros vão emprestar até o limite de R\$ 200 mil (R\$ 1.440 por hectare) para a cadeia produtiva do café.

**Presidente Lula anuncia R\$ 12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar** – INCRA – 23/05/2007

Em cerimônia nesta quarta-feira (23) no Palácio do Planalto, em Brasília, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou a destinação de R\$ 12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008. Esse é o maior valor já destinado na história do programa e 20% superior ao do ano anterior. Desde 2002, o volume de recursos cresceu cerca de 620% (de R\$ 2,3 bilhões em 2002/2003 para R\$ 12 bilhões em 2007/2008) e incluiu mais de um milhão de novas famílias ao sistema de crédito.

Junto ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, o presidente Lula anunciou mais novidades no Plano Safra, como a redução de juros nos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e ampliação de recursos para assistência técnica e comercialização da produção.



As medidas foram anunciadas hoje, na presença de lideranças da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) durante o Grito da Terra Brasil. Durante dois meses, representantes de agricultores de todas as regiões do País reuniram-se com 20 Ministérios em um processo de negociação concluído com o anúncio do presidente da República.

“Aconteceu um fenômeno no campo brasileiro, que certamente tem de ficar registrado: a redução substancial da fuga da gente do campo. Os trabalhadores que vieram para as cidades estão voltando para o campo, de forma prazerosa, porque na terra deles agora têm o Programa Luz para Todos e porque agora eles têm acesso ao crédito”, ressaltou o presidente Lula.

A agricultura familiar é um dos mais importantes segmentos econômicos do País, englobando 4,1 milhões de estabelecimentos rurais e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa 77% das ocupações no campo. É responsável, ainda, por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O ministro Guilherme Cassel, na cerimônia, anunciou a meta de assentamentos da reforma agrária para este ano, de 100 mil famílias. A meta de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário – outra forma de acesso à terra, utilizada nos casos não-passíveis de desapropriação para reforma agrária – foi definida como 20 mil famílias em 2007.

“Conquistamos R\$ 12 bilhões de crédito, redução significativa nos juros do Pronaf, alteração dos limites de renda bruta, alteração dos limites de financiamento, resolução da questão das dívidas, suplementação da Ater (Assessoria Técnica e Extensão Rural) em R\$ 100 milhões, suplementação do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) em R\$ 100 milhões, meta de assentamento de 100 mil famílias e meta de 20 mil famílias em Crédito Fundiário. Conquistamos bastante”, enfatizou o ministro.

Na cerimônia, também estiveram presentes o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, e os secretários de Agricultura Familiar, Adoniram Peraci, de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, e de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar de Almeida.

## As principais medidas anunciadas

### Crédito:

1. Aumento de 20% nos recursos: o Governo Federal destina na safra 2007/2008 o valor de R\$ 12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar.
2. Redução de juros dos financiamentos do Pronaf: diminuição da taxa de juro em todas as faixas de financiamentos às unidades familiares, nas linhas custeio e investimento.
3. Ampliação dos limites de financiamento no Pronaf: aumento do teto para os empréstimos em todos os grupos e faixas.
4. Aumento dos limites de renda para beneficiários do Pronaf: a renda bruta anual familiar para o enquadramento no Pronaf será reajustada em todos os grupos.
5. Solução das dívidas: constituição de grupo de trabalho integrado pelo Ministério da Fazenda e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação dos movimentos sociais, para, em 30 dias, diagnosticar e apresentar soluções para o endividamento dos(as) agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária.

O detalhamento dessas medidas será divulgado no lançamento do Plano Safra, em junho deste ano.

### Assistência técnica e extensão rural:

Aumento de recursos: serão garantidos R\$ 168 milhões na safra 2007/2008. O valor autorizado na Lei Orçamentária de 2007 receberá suplementação da ordem de R\$ 100 milhões. Com esse acréscimo previsto no Plano Safra, todos os agricultores familiares de grupos de menor renda do Pronaf (B e C) serão atendidos pela assistência técnica.

### Comercialização:

Ampliação dos recursos do MDA destinados ao PAA: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) terá seus recursos ampliados em R\$ 100 milhões. Esse acréscimo viabilizará o montante de R\$ 161,7 milhões para a modalidade de formação de estoques da agricultura familiar.

### Política Agrária:

O governo comprometeu-se com a manutenção dos ritmos de assentamentos, o reforço dos investimentos em infra-estrutura, a produção e a comercialização dos assentamentos da reforma agrária e o apoio à aprovação no Congresso da PEC nº 438, que trata do combate ao trabalho escravo.

## **MAIS R\$ 47 MILHÕES PARA FINANCIAMENTO DA COLHEITA DE CAFÉ – Mapa - 23/05/2007**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou hoje (23/05) a liberação de mais R\$ 47 milhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinados para a colheita do café. Os cafeicultores interessados no financiamento podem procurar os seguintes agentes financeiros: Santander Banespa, Bradesco, Cooperativa de Crédito Rural dos Cafeicultores da Região de Varginha (Credivar) e as cooperativas vinculadas à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais (Crediminas).

Os valores para financiamento da colheita, estocagem, custeio e aquisição de café foram fixados por meio da Portaria Interministerial nº 83 – Mapa e Ministério da Fazenda – publicada no Diário Oficial da União na última quinta-feira (17/05). O orçamento aprovado este ano para o Funcafé totaliza R\$ 2,026 bilhões, dos quais R\$ 850 para estocagem, R\$ 450 milhões para colheita, R\$ 426 milhões para custeio e R\$ 300 milhões para o Financiamento da Aquisição de Café (FAC).

Com os R\$ 47 milhões anunciados hoje, o montante liberado este ano para a colheita de café totaliza R\$ 287 milhões. A destinação do orçamento do Funcafé para 2007 foi normatizado em abril, por meio da Resolução 3.451, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

## **MP VIABILIZA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS ENTRE PRODUTORES E FORNECEDORES DE INSUMOS – Mapa - 23/05/2007**

Produtores rurais e cooperativas contam a partir de hoje com uma linha de crédito específica para liquidar as dívidas contraídas com fornecedores de insumos agropecuários durante as safras 2004/2005 e 2005/2006. A Medida Provisória que institui a operação, denominada Financiamento de Recebíveis do Agronegócio (FRA), está publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (23/05)

A linha contará com R\$ 2,2 bilhões e terá como fonte de recursos as exigibilidades de aplicação em crédito rural, oriundas dos depósitos à vista (MCR 6-2) e da poupança rural (MCR 6-4). O limite financiável é de até 100% do valor das dívidas, que serão renegociadas em quatro anos, com carência de dois anos. Ou seja, pagamento a partir de maio de 2009, com vencimentos anuais até 2012. Os encargos financeiros são a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de 5% ao ano.

Como o pagamento será feito em quatro vezes, as garantias comprometidas pelos produtores corresponderão a apenas 25% do total devido, envolvendo apenas a parcela do ano. Isso significa que o produtor terá maior disponibilidade de garantias para assumir outros compromissos e mais tranquilidade para continuar desenvolvendo suas atividades produtivas.

Para concessão do financiamento, os bancos poderão constituir um fundo de liquidez, que dará garantia aos financiamentos contratados. Esse fundo será composto com os seguintes recursos: os produtores entram com uma taxa de adesão de 10% do total de suas dívidas e os fornecedores de insumos com 20% do valor atualizado do crédito. O Tesouro Nacional também participará como agente garantidor, até o limite de 15% do valor total dos financiamentos contratados, caso a inadimplência exceda os recursos do fundo. O risco remanescente será assumido por investidores, que serão remunerados por isso.

A edição desta MP atende aos vários elos do agronegócio. Em primeiro lugar ao produtor rural que não conseguiu renegociar suas dívidas com os fornecedores devido à indisponibilidade de garantias reais, que já estavam comprometidas com instituições financeiras. Por outro lado, é positiva para os próprios fabricantes e revendas, que também estavam demandando maior liquidez de seus ativos. Por fim, a MP será uma aliada dos bancos que operam o crédito rural e que não estão possibilitados a assumir, integralmente, um maior risco junto ao setor agropecuário.

A medida beneficia especialmente os produtores de milho, soja e algodão, que tiveram redução de renda nas safras 2004/2005 e 2005/2006, em função de problemas climáticos, de doenças nas lavouras e de preços, além daqueles decorrentes do câmbio. Estes últimos foram provocados pela valorização do real ocorrida entre o período de pré-plantio (custos) e o de comercialização da safra (receita).

## **MDS e Banco do Brasil discutem linha de financiamento para inclusão produtiva na área urbana – MDS – 23/05/2007**

Linha de financiamento para inclusão produtiva foi o tema de reunião entre as secretárias do MDS, Katia Campos e Márcia Lopes, e o presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena, acompanhado do vice-presidente de Agronegócios e Governo do BB, Derci Alcântara

Com a intenção de implementar nas áreas urbanas ações de geração de trabalho e renda, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Banco do Brasil iniciaram, nesta quarta-feira (23/05), discussões com o objetivo de criar linhas de crédito voltadas à inclusão produtiva das famílias atendidas pelos programas sociais. A proposta é financiar projetos de confecção e produção de alimentos, por exemplo, utilizando os mesmos critérios do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em reunião com a secretária-executiva do MDS, Márcia Lopes, e o presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques Pena, o vice-presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, Derci Alcântara, informou que os projetos de Desenvolvimento Regional Sustentável da instituição atendem 240 mil famílias, em atividades centradas na área rural, como produção de mel, caprinocultura e piscicultura.

Dos recursos utilizados, 93% são do Pronaf. A idéia é levar a estratégia de sucesso deste programa - que contribuiu para manter as famílias no campo e melhorou as tecnologias agrícolas - aos grandes centros, possibilitando que os beneficiários dos programas sociais possam criar os seus próprios negócios. De início, seriam atendidas 50 mil famílias.

Márcia Lopes disse que a proposta vem ao encontro do esforço que o MDS tem feito para criar ações complementares que possibilitem a autonomia econômica das famílias. Ela destacou que a diretriz do Ministério é potencializar e integrar as ações já existentes. “A geração de trabalho e renda é um desafio cotidiano”, ressaltou ela, mostrando que o MDS investe anualmente cerca de R\$ 500 milhões neste tipo de iniciativa, que atende famílias das áreas rurais e urbanas. Também participou da reunião, a secretária de Articulação e Parcerias do MDS, Kátia Campos.

## **Pronaf salta para R\$12 bi, mas índices de produtividade não mudam - Jonas Valente - Carta Maior – 24/05/2007**

Em resposta às reivindicações dos movimentos sociais, governo 'moderniza' e 'turbina' o Pronaf. Mas a atualização dos índices de produtividade, principal reivindicação do Grito da Terra, não foi divulgada e só será feita 'em breve'.

BRASÍLIA – O governo federal anunciou nesta quarta-feira (23) novas medidas para “modernizar e turbinar” o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Para a safra de 2007-08, os recursos serão ampliados de R\$ 10 bilhões para R\$ 12 bilhões, haverá redução dos juros e aumento do limite de financiamento. Estes

itens serviram como resposta do governo diante das reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que promoveu o Grito da Terra.

Segundo o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), as mudanças não ficam apenas nos ajustes, mas são parte de um processo radical de atualização do programa. “Ele [o Pronaf] cumpriu papel importante para a agricultura familiar, mas precisa ser repensado. A partir de agora o centro é não mais financiar cultura específica, mas a propriedade, um crédito mais voltado à diversificação da produção”. Hoje, o Pronaf possui diversas linhas de financiamento divididas pelo volume de recursos e pela renda das famílias.

O ministro disse que o detalhamento das mudanças no Pronaf será anunciado apenas na segunda semana de junho. Com esta reestruturação, o governo espera facilitar o acesso ao crédito para possibilitar que todo o montante disponível seja contratado. Na atual safra, cerca de 10% dos R\$ 10 bilhões reservados para a agricultura familiar ficaram nos caixas dos bancos por falta de pedidos. De acordo com Manoel dos Santos, presidente da Contag, a principal razão da sobra de recursos está na falta de assistência técnica para os trabalhadores, essencial para a formatação dos projetos. Para isso, o governo garantiu suplementação orçamentária de R\$ 100 milhões de um total de R\$ 168 milhões para a safra 2007/2008.

Outra reivindicação importante atendida foi a conquista de mais R\$ 100 milhões para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA é um apoio fundamental para as famílias, pois garante a compra dos alimentos produzidos, dando segurança na busca de crédito. Com estas medidas, Guilherme Cassel acredita que é viável esgotar os recursos para crédito. “Vamos atingir os R\$ 12 bilhões porque iremos reduzir taxa de juros e aumentar limite de financiamento”, aposta.

#### **Nenhuma mudança nos índices de produtividade**

Ações como estas fizeram o presidente da Contag avaliar a negociação como positiva. Mas ele destacou que o governo foi tímido em determinados pontos, especialmente nas reivindicações referentes à reforma agrária. Neste tema, os trabalhadores na agricultura esperavam o anúncio da mudança nos índices de produtividade, medida que deve favorecer a desapropriação de áreas, pois passarão a ter de responder a um critério mais atualizado e mais rígido para comprovar que sua produtividade.

Segundo Guilherme Cassel, o presidente Lula afirmou que a proposta já está “madura”, mas não foi possível apresentá-la nesta semana por “questão de oportunidade política”. Para bom entendedor, o termo genérico exprime o equacionamento da histórica resistência do agronegócio à mudança. Desde a época do então ministro Roberto Rodrigues (Agricultura) que a proposta está em discussão. Mas, apesar da frustração, Cassel afirmou que Lula se comprometeu a divulgar a mudança “em breve”.

Enquanto ela não sai, resta a disputa pelas metas de assentamentos. A Contag defendia 250 mil famílias por ano até 2010, mas o governo só assumiu o compromisso de 100 mil famílias. Para Manoel dos Santos, a resposta é melhor do que a situação anterior, quando o governo não havia sinalizado com nenhuma meta, mas ainda está aquém do que a confederação e outras entidades dos movimentos do campo defendem.

Cassel se defendeu, afirmando que o objetivo firmado para o ano é coerente com uma meta de 400 mil famílias até o final do segundo mandato do presidente Lula. Ele complementou reafirmando a posição do MDA de que a pasta vem buscando junto ao

presidente combinar o aumento dos assentamentos com a garantia de qualidade nestes espaços. Questionado sobre o porquê de não ter definido uma meta até 2010, Cassel explicou que o governo está realizando uma avaliação do Plano Nacional de Reforma Agrária executado no primeiro mandato e que somente após concluída esta análise seria possível apontar um número para estes quatro anos.

Manoel dos Santos lembrou que até agora foram assentadas apenas 17 mil famílias. Apesar da justificativa do MDA de que há sempre uma curva ascendente no segundo semestre, o presidente da Contag alertou que, se os recursos não forem liberados em breve e se a greve dos servidores do Incra continuar, dificilmente a meta para este ano será cumprida.

**Lula anuncia R\$ 12 bi para agricultura** – Folha de São Paulo – Brasil – 24/05/2007

#### DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Lula atendeu ao pedido da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e anunciou R\$ 12 bilhões para o plano safra 2007/ 2008 da agricultura familiar. Além do anúncio, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) prometeu buscar uma fórmula de renegociação das dívidas dos lavradores.

**Meta do governo é assentar 120 mil famílias este ano** - Paulo de Tarso Lyra e Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 24/05/2007

Sob intensa pressão dos movimentos sociais ligados ao campo, que ocuparam os gramados da Esplanada dos Ministérios, o governo anunciou ontem a meta de assentar 120 mil famílias em programas de reforma agrária ao longo de 2007.

Antes refratário a estabelecer metas, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, disse, depois de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, que agora serão fixados objetivos anuais, e não mais para todo o mandato, como foi feito no período 2003-2006.

"Não adianta perseguir números por perseguir. Temos que assentar as famílias. Mas com qualidade para que elas sejam viáveis economicamente e gerem empregos", disse. No primeiro mandato de Lula, foram assentadas 381 mil famílias - o objetivo era chegar a 400 mil famílias. "As metas podem estar aquém ou além das expectativas de algumas pessoas. Mas nunca na história desse país se assentou tanta gente e se investiu tantos recursos em reforma agrária", afirmou Cassel.

Segundo a nova meta do governo, serão assentadas 100 mil famílias por meio das desapropriações do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) e 20 mil com financiamentos de crédito fundiário. A mudança reduz a força política dos movimentos sociais, já que individualiza a reforma agrária e restringe a criação de assentamentos em grandes áreas. "Reduz mesmo. E nós preferimos o sistema do Incra, que é menos restritivo", diz o coordenador da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

(Fetraf-Brasil), Altemir Tortelli. Insatisfeito com a meta anunciada pelo governo, o presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel dos Santos, aponta falhas no programa de reforma agrária. "Se formos ver a quantidade de famílias acampadas pelo país, percebemos que os números do governo não atendem sequer aos acampados", disse.

Na reunião com Lula, a Contag e a Fetraf voltaram a insistir na necessidade da revisão dos índices de produtividade agropecuária para fins de reforma agrária. "É uma dívida que eu tenho, mas vou esperar o melhor momento político para tomar a decisão", disse Lula, segundo relato de Altemir Tortelli. Este momento seria em alguma votação importante no Congresso Nacional.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, pediu 90 dias para "estudar" os novos índices, que têm forte rejeição das lideranças ruralistas. "É um tema complexo e delicado. Precisamos estudá-lo porque é um assunto muito técnico", disse ao Valor.

Stephanes revelou, porém, que defende índices por microrregiões homogêneas definidas pelo IBGE, e não por Estados, como foi feito. "É o que diz a lei", afirmou. O ministro refere-se à Lei Agrária, de 1993, que estabelece este rito. "A proposta que está aí deve ser feita em outras bases, com muita tranquilidade".

O ministro Guilherme Cassel defende a atualização dos índices como proposto em conjunto por técnicos dos dois ministérios com aval da Casa Civil.

À saída da reunião no Palácio, Cassel também adiantou alguns aspectos do Plano de Safra 2007/2008 da agricultura familiar, que deve ser anunciado oficialmente em 20 dias. Segundo ele, o governo destinará R\$ 12 bilhões para a agricultura familiar, o que significa um acréscimo de 20% na comparação com o atual ano-safra 2006/2007. Na cerimônia oficial do lançamento do plano, deve ser anunciada também uma redução de 15% a 20% nas taxas de juros dos financiamentos para a agricultura familiar - hoje entre 1,15% e 7,25%. "Em alguns casos, esses percentuais vão estar próximos de zero", disse Cassel. Também deve ser anunciado o Pronaf Sistêmico, um plano para incentivar investimentos por meio de financiamentos a propriedades e não individualizados por produtor.

Cassel disse, ainda, que o governo sinalizou a disposição de renegociar a dívida de pequenos produtores. Um grupo de trabalho foi criado para verificar a inadimplência dos agricultores familiares. "Existem alguns bolsões de dívidas, sobretudo no Sul e Sudeste", afirmou.

#### **Produtores querem melhor condição para rolar dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 24/05/2007**

Mesmo após sete meses de negociações e vaivéns burocráticos para permitir a renegociação das dívidas vencidas de produtores rurais com fornecedores de insumos, a medida provisória publicada ontem pelo governo para solucionar o assunto foi mal recebida pelos agricultores.

Por isso a bancada ruralista do Congresso avisa que modificará os termos da MP nº 372, e os produtores exigem condições mais facilitadas para a rolagem dos R\$ 2,2 bilhões que devem. Dois pontos desagradaram aos ruralistas: a proibição do uso dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e os juros estabelecidos pela MP - TJLP mais 5% ao ano.

Ao contrário do combinado com o governo, os parlamentares apresentarão emendas durante a tramitação da medida no Congresso. "Quando esses juros foram fixados, havia o

compromisso do governo de agregar uma nova fonte de recursos para a agricultura [FAT], o que era bom. Mas como o FAT foi excluído da MP, só nos resta emendar", diz o deputado Homero Pereira (PR-MT).

Os recursos do FAT foram suprimidos da MP por causa da oposição pública de sindicalistas e do ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT). Pelas regras da MP, só podem ser usados como fonte a poupança rural e as exigibilidades bancárias, que têm juros de 8,75% ao ano.

Os produtores reclamam também que, além dos juros, terão de pagar até 4% ao Banco do Brasil para ter seu refinanciamento coberto pelo Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA). E terão que pagar 10% de sua dívida ao fundo. Os fornecedores entram com outros 20% e o Tesouro, com mais 15%. O risco adicional será coberto por investidores privados e, ao fim do prazo de pagamento (2012), os produtores poderão receber de volta até 50% do valor pago ao fundo. A rolagem começa a vencer só em maio de 2009.

As primeiras conversas sobre a MP, uma promessa do presidente Lula ao governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), ocorreram em outubro de 2006. Em campanha por uma renegociação geral das dívidas rurais, estimadas em R\$ 14,4 bilhões neste ano, os parlamentares reclamam de demora no atendimento ao setor e ameaçam convocar o ministro da Fazenda, Guido Mantega. "Não estamos conseguindo alcançar o que precisamos com o governo. Na falta de força política do Ministério da Agricultura, temos que criar com uma frente suprapartidária no Congresso", afirma Marcos Montes (DEM-MG), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara.

A MP 372 permitiu, ainda, a extensão de bônus de adimplência e não-correção de preços mínimos para dívidas de produtores rurais com os bancos privados.

**CNA pede compensação por perda com dólar** - Alexandre Inacio – Estado de São Paulo – Economia e Negócio - 25/05/2007

Medida faz parte de um pacote que será levado ao governo pedindo prorrogação de R\$ 100 bi em dívidas

A exemplo do que o governo anunciou para empresas exportadoras, o setor rural vai cobrar medidas compensatórias para a queda do dólar. O principal argumento é que os agricultores compraram os insumos para plantar a safra com o dólar valendo R\$ 2,30 e agora, no momento da comercialização, a moeda americana já está abaixo de R\$ 1,95.

'O problema não é o dólar a R\$ 3,00 ou a R\$ 1,00. O problema são as oscilações do câmbio entre o momento de plantio e de venda, que são muito grandes há três anos consecutivos e estão reduzindo cada vez mais a renda dos agricultores', afirma Rui Prado, presidente da Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja).

Junto com a proposta de compensação cambial, os produtores vão entregar para o governo um pedido de compensação para o óleo diesel. A idéia é que o haja uma

equalização nos valores do combustível, de tal forma que o preço do litoral seja o mesmo praticado para toda a agricultura, especialmente na região Centro-Oeste.

A proposta de uma compensação cambial para os produtos agrícolas é defendida por alguns economistas. Para Fábio Silveira, da RC Consultores, seria interessante esse apoio do governo, sob pena de o Brasil passar a exportar, num futuro não muito distante, apenas os produtos mais rentáveis. 'Exportaríamos meia dúzia de produtos e, quando tivéssemos um problema em algum deles, nossa balança comercial seria diretamente prejudicada', afirma.

Apesar de favorável, Silveira pondera que essa equalização deve ser seletiva, restrita apenas aos produtos que estão sofrendo maiores prejuízos com o câmbio. 'O açúcar, café e algodão são culturas para as quais se justifica essa proposta. No caso da soja e do setor de carnes, a valorização dos preços no mercado internacional compensa a desvalorização do dólar', diz Silveira.

As idéias dos produtores estarão no pacote de medidas que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) vai apresentar ao governo, dentro de 45 dias, como mecanismos de garantia de renda. Além disso, o projeto prevê a prorrogação das dívidas de 2005, 2006 e 2007, que chegam a R\$ 100 bilhões. 'Estamos traçando uma metodologia única para calcular o endividamento dos Estados. Não queremos ser injustos com os agricultores, mas também não queremos ser injustos com o governo', disse o deputado federal Homero Pereira (PR-MT), presidente da Comissão Nacional de Endividamento da CNA. As dívidas, diz ele, foram contraídas com a compra de máquinas, quando os preços estavam sobrevalorizados e as taxas de juros elevadas. Pereira teme que a opinião pública crie a imagem que uma safra recorde e preços internacionais elevados sejam suficientes para quitar os débitos.

#### **Assistência técnica garante R\$ 168 milhões no Plano Safra 2007/2008 – MDA – 25/05/2007**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no País terá um grande reforço de recursos financeiros na safra 2007/2008. No total serão R\$ 168 milhões em recursos, garantindo, assim, que todos os agricultores familiares que utilizarem o crédito do Pronaf para investimento sejam atendidos pela assistência técnica.

#### **Foto: SAF**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no País terá um grande reforço de recursos financeiros na safra 2007/2008, que inicia em julho. Com a autorização na Lei Orçamentária de 2007 para uma suplementação da ordem de R\$ 100 milhões, no total serão R\$ 168 milhões em recursos, garantindo, assim, que todos os agricultores familiares que utilizarem o crédito do Pronaf para investimento sejam atendidos pela assistência técnica.

Com esse valor, a meta será atender mais de um milhão de agricultores familiares e capacitar oito mil técnicos. Esta e outras medidas para o Plano Safra 2007/2008 foram anunciadas na última quarta-feira (23) pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cerimônia realizada em Brasília, com a presença do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci.

Segundo o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), Argileu Martins da Silva, esse aumento dos recursos para a ATER vai permitir, entre outras ações, uma ampliação no atendimento ao agricultor, possibilitando que todos os projetos de investimento tenham assistência gratuita. “Nossa proposta é levar mais conhecimento, mobilizar e capacitar instituições para atuar na pobreza rural, para gerar mais renda ao agricultor e, principalmente, promover mais qualificação do crédito rural”, observa Silva.

### **Resultados no campo**

De 2003 a 2006, a assistência técnica teve um aumento significativo de recursos, totalizando ao final dos quatro últimos anos R\$ 281 milhões, 838 convênios e contratos formalizados, representando 2,8 milhões de agricultores atendidos.

O diretor do Dater destaca alguns dos objetivos para a ATER no Plano Safra 2007/2008, como a universalização dos serviços para os beneficiários de crédito do Pronaf em investimento; o maior acesso às informações das políticas do MDA para a agricultura familiar; a formação (qualificação) dos agentes de assistência técnica e extensão rural; a qualificação das ações do Plano Safra; e a atuação da ATER nas cadeias produtivas da agricultura familiar e nos processos de beneficiamento e comercialização da produção, entre outros.

### **O que é o Dater**

O Dater é área integrante da SAF/MDA e tem, entre suas atribuições, contribuir para a formulação da política agrícola no que se refere à assistência técnica e extensão rural; coordenar esses serviços no País; e formular, coordenar e implementar as políticas de assistência técnica e extensão rural, capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

Além disso, cabe ao Dater a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), que terá a função de dialogar com as diferentes organizações que fazem o trabalho de assistência técnica e extensão rural para discussão, operacionalização, implementação e monitoramento da Política Nacional de Ater (Pnater).

### **CNA prepara proposta para dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 25/05/2007**

A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) iniciou ontem o processo de unificação das propostas de renegociação das dívidas rurais. Em 45 dias, a CNA apresentará um plano de refinanciamento para todos os débitos do setor no país. Na ocasião, a entidade espera reunir até três mil produtores em um encontro para pressionar o governo a aceitar os termos da proposta. "É um primeiro passo para unificar a metodologia de cálculo das dívidas", disse o deputado Homero Pereira (PR-MT), também presidente da Comissão Nacional de Endividamento da CNA.

A proposta dos produtores, que já começaram uma mobilização nesta semana com reuniões regionais em Cuiabá (MT) e Campo Grande (MS), sustenta-se no questionamento do endividamento e no atual modelo de financiamento do setor. "Não há como fugir de uma nova prorrogação das parcelas de investimento dos anos de 2005, 2006 e 2007", adiantou Homero. O setor também busca "medidas compensatórias" para amenizar os efeitos do câmbio desfavorável e da elevação dos preços do óleo diesel. "Não temos que nos envergonhar de pedir subsídios. Se faz isso no mundo todo", disse.

### **STEPHANES REAFIRMA QUE NÃO HAVERÁ CORTE NO ORÇAMENTO DA DEFESA E DIZ QUE PAC AGRÍCOLA AVANÇA – MAPA – 29/05/2007**

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, reafirmou hoje (29/05), durante o I Encontro dos Presidentes das Câmaras Setoriais e Temáticas, em Brasília, que não haverá limitações de recursos para a defesa sanitária. "Pretendemos adotar um esforço maior neste sentido e avançar nesta questão, para que não haja limitações nem de recursos financeiros, nem técnicos, nem na integração com estados e nem na integração com países vizinhos", disse o ministro durante a abertura do encontro.

**PAC** - Ao abrir a reunião dos presidentes das câmaras, Stephanes abordou vários pontos considerados prioritários em sua gestão, entre os quais a necessidade de criação de um Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) específico para o setor agrícola. Na avaliação do ministro, o PAC agrícola seria instrumento fundamental para implementar ações estruturantes demandadas pelo agronegócio brasileiro. Ele citou a importância de dotar a região Centro-Oeste de infra-estrutura compatível com o crescimento da produção agrícola. "O PAC agrícola é uma idéia que está amadurecendo dentro do governo", garantiu.

**Cabotagem** - Stephanes também apontou a modernização do sistema de navegação por cabotagem (realizada entre [portos](#) interiores do [país](#) pelo [litoral](#) ou por vias [fluviais](#)) como um dos itens prioritários do Ministério da Agricultura. "Vamos encaminhar uma solução para a cabotagem, porque não é possível ser mais barato enviar produtos do Brasil para a China do que para o interior do Paraná, por exemplo". O ministro acrescentou que com um sistema de cabotagem adequada o potencial de navegação de produtos agrícolas na costa brasileira é de 6 a 8 milhões de toneladas, ante 1,5 milhão de toneladas atuais.

**Cartéis** - O ministro voltou a criticar a formação de monopólios e cartéis, especialmente nos setores de adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas e afirmou que encaminhará proposta para evitar perda da renda agrícola provocada por esta prática. Ao ser questionado sobre a implementação do seguro agrícola, Stephanes disse que está trabalhando pela criação do Fundo Anticatástrofe. "Já existe consenso no governo para caminhar nesta direção". O ministro lembrou que a atividade agrícola está sujeita a intempéries climáticas e também a flutuações do mercado e por isso necessita de uma política anticíclica,

**Índice de Produtividade** – Reinhold Stephanes também reafirmou que tratará tecnicamente a questão da mudança dos índices de produtividade (estabelecidos para fins de reforma agrária). "É um tema sensível e pedi um prazo de 90 dias para estudar o assunto, definir em que momento discutir, como conduzir e concentrar a discussão numa

linha extremamente técnica. Mas sem dúvida é um assunto que tem que ser colocado na mesa”.

**Câmbio** – O ministro também comentou sobre as conseqüências da queda do dólar para o agronegócio. “É uma variável sobre a qual nós e o governo não podemos interferir e os instrumentos usados não têm conseguido manter um nível de valorização que o próprio governo desejaria manter”. Na avaliação do ministro o momento é de reflexão. “Temos que encontrar medidas compensatórias que possam manter o setor ativo”.

**Juros** – Stephanes também voltou a defender a queda dos juros na área agrícola e disse que a questão está em debate no governo. Há quase nove anos os juros estão no patamar de 8,75%. “Mas a questão é que no mix (com os juros não oficiais) todos estão pagando até 12% ao ano”, ponderou. O ministro disse ter expectativa de que possa sinalizar alguma redução dos juros. “Essa é uma questão estrutural para a agricultura, mas dificilmente vamos chegar ao que desejamos”.

**Endividamento** – Sobre as dívidas do setor agrícola, Reinhold Stephanes afirmou que o Ministério da Agricultura tem estudos com dados sobre o endividamento tanto no que se refere às culturas como em termos de regiões. “Em algumas áreas a condição é de extrema dificuldade. É necessário se estruturar uma solução para isso”.

**Câmaras Setoriais** – O coordenador-geral de Apoio às Câmaras Setoriais, Duarte Vilela, apresentou ao ministro um breve balanço das atividades. Atualmente existem 30 câmaras (24 setoriais e seis temáticas) que atuam como fórum consultivo voltado ao agronegócio. São integradas por representantes do governo e setor produtivo. “Cerca de 95% do PIB do agronegócio estão nas 24 câmaras setoriais”, informou Vilela.

As câmaras contam hoje com 1.095 membros ligados diretamente ao agronegócio e 475 órgãos e entidades representativas do setor. Segundo Vilela, desde 2003/04, quando foi criada a Coordenação de Apoio, foram enviadas 400 demandas ao Ministério da Agricultura. “A maioria dos setores de produção e comercialização”, finalizou.

#### **MDA prevê aplicar R\$ 180 milhões em recursos do Pronaf no RN em 2007- INCRA – 30/05/2007**

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, reuniu-se na terça-feira (29) com o governador em exercício do Rio Grande do Norte, Iberê Ferreira, em Natal, para debater os projetos que são executados no estado voltados ao meio rural. Cassel enfatizou que o Rio Grande do Norte se destaca como um estado que tem conseguido melhores resultados. “Temos uma parceria extremamente bem-sucedida com o Rio Grande do Norte”, disse Cassel.

Na ocasião, o ministro anunciou que o MDA irá destinar, na safra 2007/2008, aproximadamente R\$ 180 milhões em créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ao estado. No ano-safra 2005/2006, o MDA aplicou R\$ 163,9 milhões – o que representa um crescimento de 361% em relação ao ano-safra 2002/2003. Foram 84.457 contratos – aumento de 204% em relação a 2002/2003.

Cassel salientou também a ampliação dos recursos destinados à assistência técnica, que deverão ser da ordem de R\$ 4 milhões neste ano. “Temos investido muito e constatado um enorme retorno”, disse o ministro, reforçando as mudanças no Plano de Safra da Agricultura Familiar 2007/2008, como a redução de juros e a facilitação no acesso ao crédito.

Também estiveram presentes no encontro o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart; os secretários do MDA Adoniram Sanches (Agricultura Familiar), Adhemar Almeida (Reordenamento Agrário), e o coordenador-geral de Apoio a Negócios e Comércio Territorial, Manoel Vital de Carvalho Filho, representando o secretário Humberto Oliveira (Desenvolvimento Territorial); o delegado federal do MDA no estado, Hugo Manso; o superintendente do Incra no Rio Grande do Norte, Paulo Sidney Gomes Silva; além de representantes do governo do estado, Emater, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte (Ceasa).

#### Ações do Ministério e do Incra

O ministro destacou o bom desempenho do estado em várias áreas e afirmou que a meta é ampliar a parceria em programas como o Arca das Letras, que já conta com 485 bibliotecas rurais instaladas; o Crédito Fundiário, que atendeu 1,2 mil famílias e 360 assentamentos rurais; e nos territórios rurais – o estado conta com cinco territórios e demanda para mais dois.

Na área da reforma agrária, o presidente do Incra disse que o Rio Grande do Norte é uma das prioridades do Governo Federal no que tange a assentamento de famílias. “Temos 273 assentamentos no estado. Queremos qualificá-los e para isso contamos com a parceria do governo do estado. Queremos garantir a todos os assentamentos o acesso a água, infra-estrutura, educação e saúde”, destacou Hackbart. De 2003 a 2006, foram assentadas 6.468 famílias potiguares, criados 33 Projetos de Assentamento (PAs) e incorporados à reforma agrária mais de 75 mil hectares.

O governador em exercício garantiu que a reunião com o ministro serviu para estreitar ainda mais a importante parceria realizada entre o Governo Federal e o Rio Grande do Norte.

### **Nordeste receberá R\$ 4 bilhões no Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 – INCRA – 31/05/2007**

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008 destinará para a região Nordeste do País R\$ 4 bilhões. A informação partiu do ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, durante reunião em Brasília com os secretários estaduais de Agricultura dessa região do País, nesta quarta-feira (30). Também participaram do encontro os delegados federais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Nordeste e presidentes das empresas estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ao todo, no Brasil, o Plano Safra 2007/2008 irá destinar R\$ 12 bilhões.

Atualmente, 30% de todo o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é utilizado no Nordeste, que possui a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do País. “Esse retrato era diferente há quatro anos. Avançamos muito, principalmente do ponto de vista do crédito”, avalia Cassel. Para ele, a região precisa ser tratada de forma diferenciada. “Precisamos ver o Nordeste como uma

região que tem muitas possibilidades, que tem a sua complexidade e que precisa ser tratada como uma região especial, com políticas especiais”, defendeu.

De acordo com o ministro, a tarefa de nacionalizar o Pronaf, com ênfase no Norte e no Nordeste do País, deverá ser feita a partir de agora de forma mais articulada. “Queremos romper um pouco com esse tratamento que a gente tem, estado a estado, e pensar na região como um todo. Trabalhá-la segundo as suas peculiaridades e as suas necessidades”, afirmou.

Durante o encontro, o ministro reafirmou a importância de se contar com uma rede de políticas públicas permanentes capazes de dar estabilidade para os agricultores de todo o País. “A gente não faz política pública para a agricultura familiar e para a reforma agrária aqui de Brasília. Não há chance disso acontecer. Queremos pensá-las de forma conjunta”, informou.

Cassel enfatizou a necessidade de se contar com os estados e os municípios para fazer com que as políticas públicas cheguem ao agricultor familiar. “Ter uma relação cada vez mais estreita com os estados é fundamental. Assim, poderemos compreender melhor as complexidades dos diversos ambientes, para que se some esforços e se trabalhe melhor”, avaliou. Para o ministro, esses encontros regionais marcam uma nova fase de gestão do Ministério. A próxima reunião está agendada para julho e reunirá os secretários estaduais de Agricultura da região Norte.

#### Aumento de recursos

O ministro Guilherme Cassel destacou durante o evento a modernização pela qual passou o Pronaf nos últimos quatro anos. “Garantimos acesso mais facilitado ao programa. O volume de crédito passou de R\$ 2 bilhões para R\$ 12 bilhões. E o mais importante, estamos conseguindo incluir um milhão de novas famílias no sistema brasileiro de crédito”.

Ele destacou, ainda, as novidades do Plano Safra 2007/2008. Além do aumento do volume de recursos, haverá uma redução de juros nos financiamentos do Pronaf e uma ampliação de recursos para a assistência técnica e a comercialização da produção. “Essas mudanças ampliam muito a nossa capacidade de atuação”, concluiu.

#### **Criador de suínos terá apoio** - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 31/05/2007

O plano de safra 2007/08 deve ser anunciado até 25 de junho e poderá ter juros controlados menores que os atuais 8,75% ao ano. O assessor especial do Ministro da Fazenda para assuntos agrícolas, José Gerardo Fontelles, admitiu ontem que a taxa pode "mudar". Fontelles comentou também que os integrantes do Conselho Monetário Nacional (CMN) poderão aprovar o plano de safra na reunião do fim de junho.

O CMN também decidiu, na reunião de ontem, a regulamentação do Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA) que vai garantir a renegociação de dívidas calculadas em R\$ 2,2 bilhões dos produtores rurais com fornecedores de insumos. Criado pela Medida

Provisória 372, o FRA será integralizado por aportes de produtores e cooperativas (10%) e dos fornecedores (20%). O Tesouro vai garantir, se necessário, 15% acima desses 30%. Os restantes 55% serão de responsabilidade de investidores privados. Não há uma confirmação do governo, mas a negociação entre o Banco do Brasil e o Citibank estaria adiantada.

O prazo para a contratação será 28 de setembro. Os juros cobrados serão compostos pela Taxa de Longo Prazo - atualmente em 6,5% - mais 5% ao ano. O pagamento será feito em quatro parcelas anuais, a partir de maio de 2009.

Na análise do assessor da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, a expectativa de inadimplência no FRA é menor que 10%. "Acreditamos que a experiência terá sucesso e poderá ser adotada novamente no futuro, sem a garantia do Tesouro", disse.

Na estruturação do FRA, representantes de produtores e de fornecedores tentaram garantir a renegociação da dívida usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), mas o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, rejeitou a idéia.

O CMN também prorrogou de 30 de abril para 31 de julho o vencimento da parcela da securitização privada, sem prejuízo do bônus de adimplência (20% a 30%) e sem pagamento de encargos. Outro voto aprovado autorizou a aplicação de taxa prefixada na poupança rural. Atualmente, ela é pós-fixada (6,7% ao ano mais TR).

O CMN aprovou ainda operações de EGF (Empréstimo do Governo Federal) e de Linha Especial de Crédito (LEC) para que suinocultores e avicultores integrados comprem milho. As operações terão juros de 8,75% ao ano. O CMN autorizou ainda uma linha de crédito para retenção de matrizes suínas. Nesse caso, a contratação terá de ser realizada até 31 de dezembro, e o limite por criador é de R\$ 100 mil. O prazo para pagamento é de dois anos.

Os suinocultores também queriam a definição de preços mínimos, mas o governo não concordou. Sobre o pedido de a Conab comprar a carne suína para que o produto integrasse programas sociais, a decisão foi criar um grupo de trabalho para o assunto.

Coordenador  
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária  
Diva de Faria

**oppa** Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

